



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1977

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 214.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1977 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Renato Bernardi.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido. Continua em discussão a Proposição número 517/77. O Sr. Deputado Fidelcino Tolentino falou vinte e cinco minutos, durante a primeira sessão em que esta matéria estava na Ordem. S. Exa. tem mais 35 minutos para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para discutir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Continuando as razões que justificaram a minha vinda a esta tribuna, relativamente ao veto apostado pelo Governo ao projeto de lei de autoria deste Deputado, que visa transferir ao Governo do Estado a construção da estrada, ou melhor, a retificação e pavimentação da estrada Cascavel-Cafelândia-Nova-Aurora-Formosa do Oeste.

Evidentemente que o posicionamento já expandido aqui, desta tribuna, na discussão levada a efeito ontem, claro não ficou que com as estradas pretendidas e que estão sendo levadas a efeito pelo Governo do Estado, fazendo as ligações por outros percursos entre Cascavel-Cafelândia-Nova Aurora e Formosa do Oeste; dizíamos naquela oportunidade, que embora se reconheça o fazimento, a construção que está sendo promovida através de terraplanagem que está sendo feita entre Cafelândia e o Distrito da Penha no Município de Corbélia, não satisfaz todos os postulados indicados pelo projeto de lei e as populações entre Cafelândia e Cascavel, numa distância de 45 km. evidentemente ficarão à margem dessas estradas.

O Governo pretende, e é justificável até certo ponto, fazer a ligação entre Penha e Cafelândia e desta a Nova Aurora.

através de um trecho de aproximadamente 12 km. de uma para outra, num total de 23 km. de Nova Aurora a BR-369.

Todavia, Srs. Deputados, a pretensão deste projeto de lei não seria tão somente essa estrada. E que a volta que esses percursos já servidos faz, é da ordem de 25 km. de uma estrada para outra. E, se considerar a segunda opção declinada nas razões do veto, ela se multiplica a mais de 50 quilômetros de distância, que fica de um extremo ao outro, e entre esses dois extremos é que pretendemos ou que estamos a reivindicar, estamos a defender que se implante uma via pavimentada. A estrada já é, entre Cafelândia e Cascavel ou vice-versa e de Cafelândia a Nova Aurora. É uma estrada estadual, inclusive, servida, assistida e conservada pelo DER, já está com a sua base feita há muitos anos. E esta é uma das primeiras estradas e quase das poucas estradas que ainda são conservadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

E se justifica, Srs. Deputados, este posicionamento, por força de distritos e de povoações e de grandes colonizações, pela incidência de moradores e agricultores, que há mais de vinte anos lavram a terra que fica margeando esta estrada que se pretende asfaltar.

E não teria objetividade se assim não fosse, para servir aquela população, não somente para fazermos essas ligações, e a estrada que está sendo referida nas razões do veto é uma estrada que permite evidentemente, um acesso. Mas, é como se chegarmos ao Noroeste do Estado do Paraná para podermos fazer um paralelo. Nós podemos ir para o Noroeste do Paraná, passando pelo Sudoeste, ou passando pelo Oeste, ou por outras opções como é o caso de passar pelo Norte do Paraná. Mas isso não quer dizer, que não seja justa a pretensão de uma estrada para facilitar este tráfego, que não seja justa uma outra estrada para ligar Cascavel ao seu distrito de Cafelândia, independentemente, desta estrada que o Governo realmente, está implantando entre Corbélia, Distrito da Penha em Corbélia a Cefelândia e Nova Aurora.

Aliás, ontem aqui da tribuna, mediante um aparte, S. Exa. o Deputado Fuad Nacli, diz que é pretensão do Governo, fazer uma ligação entre Nova Aurora e Cafelândia, que aliás, é antiga. Não sei se realmente, e eu acredito em S. Exa., não sei se realmente, está prevista para logo, a construção dessa estrada, num trecho que não vai além de 10 quilômetros.

Penso que é de premente necessidade. E que está, servindo em parte, com a nossa pretensão que é justamente esta ligação.

Mas, o que queremos fazer, com o projeto é dar uma opção ao Governo, de realizar a construção, a pavimentação da estrada que liga Cascavel a Cafelândia, Nova Aurora e Formosa do Oeste.

E é louvável que o Deputado Fuad Nacli, que também representa aquela região, venha corroborar com este pensamento, para que o Governo possa, quanto mais logo possível, implantar esta rodovia que não fica de todo, servida à população de quem agora somos representantes e em nome de quem nós fazemos coro nesta Assembléia.

Tem o aparte o Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Deputado Tolentino. Nós ontem apartamos V. Exa. e com muita honra, V. Exa. representa muito bem Cascavel e a região, sabe muito bem V. Exa. antes de ser Deputado desta Casa, V. Exa. era Vereador por Cascavel, e nós conversávamos naquele tempo, na BR 14 - que ligava Cascavel, Cafelândia, Nova Aurora, Quarto Centenário, Paranavaí e Cruzeiro do Oeste.

Hoje a estrada se encontra no entroncamento de Nova

Aurora. Nós ontem aparteamos V. Exa. e lemos hoje, para surpresa nossa, no "O ESTADO DO PARANÁ", panorama: Casca de ovo como diz aqui, comando político.

Nós não fomos escalados por ninguém, nós aparteamos apenas a V. Exa. para dar uma informação que estivemos na Secretaria de Transportes em que o Sr. Secretário está colocando em concorrência a estrada que liga Nova Aurora a Cafelândia. Acredito na palavra do Sr. Secretário como do Sr. Governador do Estado e sei da necessidade da estrada que liga Cafelândia a Cascavel também.

Sei muito bem. E quando disse V. Exa. que nós estávamos pleiteando, quando V. Exa. esteve no Palácio e me chamou de "palaciano" pleiteando junto com os representantes daquela cidade, que são eleitores de V. Exa. aqui no Partido ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Disse que V. Exa. tem melhor trânsito no Palácio.

O Sr. Fuad Nacli — Não, eu não tenho tanto trânsito porque se eu tivesse tanto trânsito como V. Exa. disse, eu teria a estrada de Cafelândia-Nova Aurora pronta. Teria a estrada de Cafelândia-Cascavel pronta, porque é uma reivindicação há mais de cinco anos nesta Casa. Tenho um requerimento aqui há mais de cinco anos reclamando, pedindo, implorando para que seja implantada a estrada asfaltada. Porque é uma região produtora, que é o Vale do Piquiri.

E nós quando fizemos o convite hoje, à bancada do MDB, e a todos os Srs. Representantes da Arena para que participassem sábado na festa do povo em Itambaracá, o fizemos em nome do povo de Itambaracá e do Prefeito, não fomos escalados pelo Sr. Governador do Estado e nem pelo Líder do Governo desta Casa. Apenas queremos colaborar com V. Exa. que o aparte que nós fizemos ontem, queremos reafirmar novamente, que esta estrada de Cafelândia é de suma importância, porque como V. Exa. disse bem ontem, a Cooperativa Consolata, a sua matriz está instalada em Cafelândia, e hoje o Distrito de Cafelândia é maior do que cem municípios do Paraná.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — De pleno acordo.

O Sr. Fuad Nacli — O que é de estranhar é que nós, que vivemos lá há mais de vinte anos, quando saímos de Nova Aurora para ir a Cascavel, gastávamos o dia inteiro. Hoje nós temos uma opção, passando pela 369. Não levamos uma hora. Mas não é a solução ideal, porque os moradores de Cafelândia ou de Melissa, não poderão voltar para trás, para novamente vir a Cascavel.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E é justamente, nobre Deputado, dialogando com V. Exa. se V. Exa. me permite ... (Assentimento) é justamente para servir não só Melissa, mas também tem a Central Santa Cruz, que V. Exa. bem conhece a potencialidade que é aquela região.

É imprescindível que se faça e eu até chego a louvar o Governo de ter tido o tirocínio de ligar Cafelândia por uma outra opção. Mas é uma outra opção. Não há dúvida nenhuma, liga parcialmente o Distrito de Cafelândia que fica parcialmente atendido. Como também ficará com esta nova implantação, Cafelândia-Nova Aurora que ficará com uma parcela atendida, sem dúvida nenhuma.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. há de concordar comigo que hoje, com a BR-369 ligando Cascavel-Campo Mourão, Cascavel teve que ter uma nova opção. Houve uma necessidade de uma ligação que está sendo implantada ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Cafelândia cidade, nobre Deputado.

O Sr. Fuad Nacli — Cafelândia, distrito a Penha.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Perfeitamente.

O Sr. Fuad Nacli — A Penha, está sendo ligado pelo distrito rodoviário daquela cidade, por administração própria. Porque era o caminho mais fácil, mais viável, para escoamento daqueles produtos que demandassem para Maringá, para

Curitiba. V. Exa. que conhece tão bem a região, quanto eu, V. Exa. tem sido defensor de Catanduvas, Leônidas Marques e eu posso lhe afirmar que acredito na palavra do Sr. Governador e do Sr. Secretário. Mas, se no futuro, não começarem essa estrada. V. Exa. poderá ficar tranqüilo, estarei desta tribuna, criticando o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário, porque acredito na palavra dele, não vou duvidar da palavra de S. Exa. que me afirmou ainda ontem, que será feita essa estrada, porque ela dará escoamento a uma região, não apenas a uma cidade.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de V. Exa. que sempre traz esclarecimentos que, muitas vezes, podem até ser desconhecidos.

A questão que V. Exa. abordou, do asfalto "casca-de-ovo", não entrei no mérito, não dei declarações à imprensa. Não fiz nenhuma declaração nesse sentido, não tenho feito. Acho, sim, e aí está um grande erro, e até uma injustiça, que muitos Srs. nobres Deputados da Arena têm feito a Deputados do MDB.

Não é verdade que o MDB não quer que se faça asfalto. Até pelo contrário. Todos os Deputados, deste ou daquele partido têm sido testemunha do posicionamento da bancada da Oposição. E se não estivessemos favoráveis à construção deste ou daquele tipo de estrada, não teríamos aprovado o empréstimo de 55 milhões de dólares que o Governo, ainda recentemente, foi aos Estados Unidos para firmar contrato bilateral.

Por outro lado também, o que a Oposição pretende buscar é o melhor acerto, o melhor emprego dessas verbas, Deputado Fuad Nacli.

O objetivo da Oposição não como que diz José Bonifácio, tumultuar, criar problemas, obstaculizar, e assim por diante. Absolutamente. A Oposição quer o acerto do Governo na aplicação de dinheiro e de recursos públicos.

O Sr. Fuad Nacli — Hoje falei em "casca-de-ovo", ontem, não. Mas, o jornal, "O Estado do Paraná" de hoje, diz: "Casca-de-ovo. Comando político".

Quando uso da tribuna, falo por minha conta, não fui escalado por ninguém. O jornal disse que critiquei todos os governos. Absolutamente. Recebi tantas finezas do Governador Moysés Lupion, como de outros governos passados. Apenas disse ontem que o Governo Jayme Canet, pelas informações que obtive, está fazendo mais do que todos os outros governos fizeram, com a ajuda da Oposição.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A Oposição não está ajudando em nada, está cumprindo com seu dever.

O Sr. Fuad Nacli — Mas, ontem, não toquei em "casca-de-ovo", porque não falo em casca-de-ovo. Apenas estou dizendo o que o jornal de hoje está reproduzindo, nobre Deputado.

Agora, o que acho injustiça, é que ontem fiz um convite aos Srs. Deputados, para todos irem à festa do povo, porque, por aquela estrada vão passar arenistas e emedebistas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Estado não está tão discricionário que impeça a Oposição de passar lá.

O Sr. Fuad Nacli — Absolutamente. Mas, temos elementos aqui na Assembléia e também jornalistas que procuram tumultuar, inverter o que se fala, aqui em plenário. Dissemos ontem, e reafirmamos hoje, que o Governo Jayme Canet está fazendo mais do que todos os Governos anteriores fizeram.

Admito que ele tenha mais recursos hoje, do que os Governos passados, sabemos perfeitamente que os Governos passados não tinham as condições que hoje existem, absolutamente sabemos disto. Nós devemos fineza aos ex-Governadores, e não estamos aqui, para atacar os ex-Governadores, estamos aqui, isto sim, para defender os nossos municípios. Ontem falamos em Itambaracá e Bandeirantes, não falamos em outros

municípios, não estamos aqui, para sermos agradáveis a quem quer que seja, estamos aqui para sermos agradáveis àqueles que aqui nos trouxeram para representá-los.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Realmente, o Governo parece ter bastante recurso, porque aumentou, até por ofício, o Secretário de Estado, na verba de representação; depois voltou atrás, com outro ofício. Mas não é o caso aqui, nós estamos falando de estradas, e não de estratégia de atuação.

Ocorre, Deputado, que, evidentemente o Governo precisa fazer alguma coisa, precisa construir estradas, e, até, as estradas que estão sendo construídas têm sido acertadas, o Governo tem acertado nas suas construções, o Paraná necessita das estradas porque o paranaense vai andar onde? Nas estradas. É de se reconhecer que o Governo precisa construir estradas, e para isto vai buscar onde, os recursos? Precisa buscar recursos externos, além dos paranaenses.

O que eu estou reclamando, é que o Sudoeste é merecedor também de novas estradas, o Noroeste e o Oeste, e o Norte do Estado, porém, ao lado de todas essas regiões, a menos contemplada é o Oeste do Paraná, e para isto firmamos a nossa posição desta tribuna, pedindo que todos os Srs. Deputados seja da Oposição, seja da Situação, façam coro para que a nossa região tenha uma representatividade mais atuante, em conjunto, para buscarmos o benefício comum à região Oeste do Paraná. Porque quando se pede plantação, quando se pede o equacionamento da agricultura, a primeira que oferece as condições pedidas pelo Governo, sobretudo é o Oeste do Paraná, e quando o Governo impõe o confisco e impõe uma série de restrições à agricultura, quem mais sofre, aí, é o Oeste do Paraná. Por que é o que mais sofre?

Porque é lá que tem uma região eminentemente agrícola e baseada numa monocultura, que é o soja, a não ser, esparsamente, uma região já vizinhando com o Sudoeste que planta milho e outros produtos.

Então, é realmente buscando esta reivindicação, buscando esta compreensão do Governo, que nós nos situamos desta forma, neste projeto e nos posicionamos contrariamente a este veto. Não há razão de ser. E esta estrada não supre as deficiências que deixam, ainda, estigmatizadas, aquelas populações que residem, que se aglomeram nas margens desta rodovia ligando estas três cidades, três municípios e três distritos.

Era esta a nossa posição, e faço um apelo aos Srs. Deputados, que em nada prejudica, até pelo contrário, esta posição define bem a compreensão dos representantes do povo paranaense, para a objetividade de busca deste projeto de lei.

Peço, e com toda veemência, que os Srs. Deputados do meu Partido, tanto quanto os Srs. Deputados da Situação, neguem o veto, a Sua Excelência o Governador do Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em discussão a Proposição número 517/77. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 155/75, permaneçam como estão.

15 Srs. Deputados aprovam, 14 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 3 de novembro, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 328/77.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 215.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secre-

tariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Dei Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela folha 2, se não me engano, da Ata que foi lida, eu mencionara há mais de 6 meses; eu mencionei um ano e seis meses, o que não consta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência recebe o que em questão de ordem o eminente Deputado Fidelcino Tolentino retifica a respeito da Ata e, realmente, S. Exa. tem razão, "criticando decisão do INPS, em Cascavel, onde alugou um prédio há mais de 6 meses". A Presidência registra a retificação — onde se lê "6 meses", leia-se "18 meses".

Continua em discussão a Ata. — **Aprovada.**

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

MENSAGENS:

Mensagem 116/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a (inclusive cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de setembro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de MARIÓPOLIS, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

—**À Comissão de Constituição e Justiça.**

Mensagem 117/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a (inclusive cópia autêntica do Termo Aditivo de 23 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através

da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de PAISANDU, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 118/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 29 de setembro de 1977, ao Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 119/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 01 de setembro de 1977 e 24 de agosto do mesmo ano, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, respectivamente com os Municípios de ARARUNÁ e TEIXEIRA SOARES, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verba dos orçamentos dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 120/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 02 de janeiro de 1977, entre o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEBRAE, através do Programa Nacional de Treinamento de Executivos e o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, com a interveniência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio

do Paraná e do CEAG/PR — Centro de Assistência Gerencial do Estado do Paraná, objetivando desenvolver Programa de Treinamento e Assistência Técnica ao Empresário Rural do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 122/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com os municípios abaixo especificados, objetivando a construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, em suas sedes:

Município	Data da Celebração
São Miguel do Iguaçu	18/08/77
Marilena	22/08/77
São Jorge D'Oeste	22/08/77
Guairacá	25/08/77

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 123/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 23 de agosto de 1977, ao Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR com o Município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 124/77

Curitiba, 21 de outubro de 1977.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 25 de agosto de 1977, ao Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de ENGENHEIRO BELTRÃO, objetivando a construção de

prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

--À Comissão de Constituição e Justiça.

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: Em nome Diários Associados ET, no meu próprio apraz me agradecer generosa iniciativa ilustre Patricio de propor a consideração dessa Assembleia voto de congratulações passagem sesquicentenário jornal do Comercio PT Cordial abraço

João Calmon. — Ao Conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, regime de urgência para o Projeto de Lei número 100/77, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, de Renascença.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e em nome da Bancada do M.D.B., requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Izabel Cruz Pimentel.

A extinta era genitora do Sr. Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador deste Estado.

Outrossim, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Enéas Faria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Izabel da Cruz Pimentel.

A extinta era genitora do Sr. Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador deste Estado.

Outrossim, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora MARIA IZABEL DA CRUZ PIMENTAL, mãe do ex-Governador PAULO CRUZ PIMENTEL, ocorrido ontem, em Avaré, São Paulo.

D. Maria Izabel da Cruz Pimentel, deixou viúvo o Dr. Públio Pimentel, além dos filhos, Hélio, Fernando (Prefeito de Avaré), Paulo e Norma Pimentel Gonçalves.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada, na pessoa do Dr. Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

Accioly Neto. REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, propõe à apreciação do Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 25 p.passado, na cidade de Avaré, Estado de São Paulo, da Senhora Maria Izabel da Cruz Pimentel.

A extinta era esposa do Senhor Públio Pimentel, e mãe dos Senhores Hélio Pimentel (Empresário e pecuarista no vizinho Estado), Fernando Pimentel (Prefeito Municipal pela 2a. vez pela legenda da ARENA), Paulo Pimentel (ex-Governador do Paraná, Empresário de Comunicações e Pecuarista) e Dona Norma Pimentel Gonçalves.

O falecimento consternou profundamente as sociedades paulista e paranaense, tendo em vista que Dona Maria Izabel era tronco de ilustre família, cujos filhos prestaram e prestam relevantes serviços à comunidade em que vivem.

De origem humilde, mas possuidora de vasta cultura humanística, a extinta, durante sua existência ao lado de um abnegado dentista, Públio Pimentel, construiu um lar pleno de felicidade, educando os filhos e os orientando dentro dos melhores padrões da honradez e dignidade, de forma a projetá-los de forma ímpar, nas comunidades onde atuam.

Vinculadas às terras paranaenses por laços de parentescos ancestrais e por ter um de seus descendentes, Dr. Paulo Pimentel, aqui se radicado, vindo a se destacar sobremaneira em nossos meios políticos e empresariais, justo é que esta Assembléia lhe preste homenagem, consignando na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, comunicando-se os integrantes da família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor da TELEPAR, solicitando a urgente reparação nos serviços prestados pela citada companhia, na cidade de Paulo Freitas.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se, Sr. Presidente, o nosso pedido por estar aquela cidade sem o seu meio de comunicação mais rápido há mais de 40 (quarenta dias).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos sugestão, no sentido de ser disciplinada, através de envio de Mensagem Governamental a esta Casa, a cessão de funcionários de Economia Mista e às Empresas Públicas, instituídas pelo Estado, à exemplo do que vem sendo estabelecido em outras unidades da Federação, conforme minuta que à título de colaboração anexamos ao presente.

Tal sugestão se faz, tendo em vista o preceito constitucional que estabelece a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciativa de leis que versem sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Estado (letra c do § 1o. Art. 25 Const. Est.), e com a intenção de colaborar com a Administração Pública do Estado, visando corrigir inúmeras situações anômalas que vêm se verificando com a cessão de funcionários à entidades públicas.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Fabiano Braga Côrtes.
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao egrégio Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, com sede nesta Capital e ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, solicitando providências urgentes no sentido de serem criadas e instaladas em nosso Estado novas Juntas de Conciliação e Julgamento, para que haja atendimento, com maior presteza e eficiência, em todos os quadramentos do Paraná, dos direitos e interesses dos trabalhadores.

A criação dessas novas Juntas são necessárias e urgentes, notadamente, porque as existentes são as mesmas criadas antes da criação e da instalação do Tribunal Regional do Trabalho. Desta forma, a base da Justiça do Trabalho no Paraná, permanece a mesma, carente e insuficiente.

As solicitações ora feitas são baseadas nas informações e nas apreensões dos conhecedores da causa, notadamente, de líderes trabalhistas e de advogados especializados.

Eis porque essas providências para a criação de mais Juntas de Conciliação e Julgamento nas seguintes cidades:

1) Mais duas (2) Juntas na cidade de CURITIBA, com extensão aos Municípios de ARAUCARIA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS e COLOMBO, que se tornam grandes concentrações industriais e, portanto, com grande contingente operário;

2) Mais uma (1) na cidade de LONDRIANA, com extensão às cidades vizinhas de IBIPORÁ, ROLÂNDIA e CAMBÉ, que igualmente se apresentam vertiginoso processo de industrialização;

3) Uma (1) na cidade de MARINGÁ, com extensão às cidades próximas, por ser injustificável que um município desse porte não conte com a presença dessa justiça especializada;

4) Uma (1) na cidade de CASCAVEL, também com extensão às cidades próximas, igualmente por não se justificar a ausência dessa justiça especializada numa grande concentração urbanizada como este;

5) Uma (1) na cidade de FZ DO IGUAÇU, notadamente, para atender com maior eficiência à grande concentração operária das obras da Usina de Itaipu;

6) Uma (1) na cidade de COENÉLIO PROCÓPIO, com extensão para as cidades próximas, notadamente URAÍ e BANDEIRANTES, que são concentrações operárias;

7) Uma (1) na cidade de Porecatu, que tem grande contingente operário, em virtude da acentuada exploração agrícola e industrial;

8) Uma (1) na cidade de GUARAPUAVA, que se apresenta hoje como respeitável concentração urbana, com elevado número de trabalhadores;

9) Uma (1) na cidade de UMUARAMA, que hoje se destaca como uma das maiores concentrações urbanas do nosso Estado;

10) Uma (1) na cidade de CAMPO MOURÃO, com extensão às cidades próximas, até uma distância de 60 quilômetros;

11) Uma (1) na cidade de IVAIPORÁ, que hoje é polo demográfico de rica e produtiva região paranaense;

12) Uma (1) na cidade de ASSIS CHATEAUBRIAND, que igualmente, se destaca por invulgar crescimento;

13) Uma (1) na cidade de APUCARANA, também com extensão às cidades próximas.

14) E, finalmente, uma (1) na cidade de TELÊMACO BORBA, para atender ao grande número de trabalhadores da potente indústria ali existente, com extensão às cidades próximas, especialmente ao Município de CURITIBA, que se caracteriza como concentração operária, em virtude das minas de carvão.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Osvaldo Macedo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício endereçado ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, consubstanciando a nossa sugestão, no sentido de que sejam enviadas máquinas - do próprio Departamento - ou da CAFÉ DO PARANÁ, para o serviço de retificação e colocação de cascalhos na rodovia que liga TOLEDO - SÃO PEDRO e SANTA TEREZA, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

As providências que ora solicitamos ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem se justificam exatamente pela importância dessa região, cuja produção agrícola vem crescendo e se avantajando de ano para ano - aumentando, paralelamente, a demanda de veículos pesados para o transporte de tudo aquilo que a terra, generosamente dá, - sendo em verdade, fator indiscutível de progresso e de riqueza para todo o Estado. Ora, a retificação sugerida, bem como os serviços de encascalhamento solicitado, irão oferecer melhores condições de tráfego aos caminhões, bem como, ponderável economia de combustível, do qual, hoje, toda a Nação é tão carente.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 152/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MAMBORÉ", com sede e foro na cidade de Mamboré.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no setor da assistência social junto à comunidade de Mamboré, sendo agraciada com isto, com o seu reconhecimento público, através da Lei municipal número 166/76 de 10/09/76.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das formalidades legais, para o seu reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

Projeto de Lei número 153/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA NO PARANÁ-ASSINCRA-PR, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1.977.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Vemos a associação de funcionários com objetivos altamente sadios e louváveis, procurando congregando os funcionários e Servidores do Instituto Nacional de Colonizações e Reforma Agrária - INCRA - no Estado do Paraná, como neste

caso, encerrando em suas finalidades, sem fins lucrativos, como consta dos estatutos anexo ao presente plano de Lei. Portanto, conclamamos os nobres Senhores Deputados para o total apoio a esta iniciativa.

Anexo ao presente estão uma (1) via dos estatutos; uma (1) declaração da Diretoria; uma (1) Certidão do Registro de Títulos e Documentos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (lê)

"O povo de Santa Helena novamente está sendo vítima do sistema de Comando Político.

Nem bem consolidava sua árdua vitória, fazendo reconhecer seus direitos de autodeterminação política, já se travava à sombra dos gabinetes novo atentado à sua soberania política.

Derrotando politicamente nas ruas o chefe político improvisado e confirmando na ativa Câmara Municipal a incapacidade do então Prefeito Francisco Muniz de dirigir os destinos administrativos e políticos da comunidade, o povo de Santa Helena acreditou que a sensibilidade política do governo reconhecesse o direito daqueles paranaenses de, senão escolher, ao menos serem chefiados por um município.

Mas, o estilo de política que predomina no Estado e naquela região de maneira especial, derrotou mais uma vez as aspirações do povo de Santa Helena.

Depois de muitas reuniões palacianas, nomeou-se um novo cônsul-prefeito para Santa Helena e se o impuseram ao povo goela abaixo:

A população desesperançada viu chegar o novo delegado político para chefiar a prefeitura. E percebeu que se desejava não só demonstrar a força do governo como humilhar as lideranças sociais e o povo daquela próspera comuna paranaense.

Assumindo o cargo - ainda para demonstrar o poder - o novo dirigente municipal convocou o prefeito destituído, o prefeito repudiado, para seu assessor especial, seu principal braço na administração de Santa Helena.

O povo de Santa Helena comprovou, por uma prática dolorosa, que não tem autonomia, não tem soberania política, não é reconhecido como uma comunidade livre. Está sujeito a uma restrição legal porém ilegítima que lhe retira a autonomia e lhe cassa os direitos políticos. Está sujeito a um sistema feudal chamado "Comando Político."

"Um novo mandatário foi enviado dos "Céus" para Santa Helena. Desceu de pára-quadras e tem a missão de castigar a população porque ousou insistir em seus direitos. E para que a desfeita política fosse suficientemente monstruosa designou o prefeito anterior para a assessoria especial, como braço político do novo mandante.

Porém, Senhores Deputados:

O povo de Santa Helena não se curvará ao arbítrio e à prepotência. Manifesta publicamente o desagrado e inconformismo. Sete dos nove vereadores reafirmaram sua disposição de lutar intransigentemente até que sua voz seja reconhecida como da legítima representação popular. Como a voz autorizada do povo de Santa Helena, livremente eleita nas urnas.

Nossa mensagem de solidariedade ao bravo e altivo povo de Santa Helena e a seus legítimos representantes."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LUCIO MACHADO — Democracia Plena é apenas utopia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Palavras do Sr. Presidente da República, ontem, em seu pronunciamento, pronunciamento que deixou a Oposição perplexa e a Situação apalermada e que lançou ao país o fim de qualquer esperança, pelo menos ime-

diata da democracia esperada pelo povo brasileiro. Aliás, sobre o fato reportou em editorial, "O Estado de São Paulo", que nesta oportunidade passo a ler, para que conste dos Anais da Casa.

"Não é a expressão mezinha que nos espanta; nós, que constante e nitidamente nos definimos pelo liberalismo democrático, já mostramos com isso saber que o conceito de democracia não é um conceito unívoco. O que nos espanta é que se queira fortalecer o Estado rebaixando o homem brasileiro à condição de só poder viver sob a realidade que bem reconhecemos e que aprova ao Presidente da República definir como "democracia relativa". O que nos espanta é a insistência do Sr. Presidente Ernesto Geisel em querer organizar a democracia brasileira pela via da doutrinação dogmática e da afirmação autoritária, isto é, suprimindo-a; ou pelo menos descartando a herança liberal que a Revolução de 1964 encontrou e quis salvar. É a impressão que nos deixa o discurso de Sua Excelência na abertura do Simpósio da Fundação Milton Campos, sobre democracia e política social.

O discurso reconheceu a grandeza do ideal democrático brasileiro, "que, nesta quadra promissora da dinâmica nacional, inspira vontades e reanima corações". Mas, a título de ajustar a generosidade dos ideais e propósito da sociedade civil, a uma realidade prática que parece ter em mente pelo menos, nos lineamentos fundamentais. A construção do modelo adequado e atual das instituições políticas do País. Começou por subestimar a experiência histórica da civilização ocidental com interpretações duvidosas dos fatos, com simplificações que não são muito de se tolerar num discurso de tanta circunstância e com um apelo discutível aos clássicos do pensamento político: Aristóteles, São Tomás de Aquino, Rousseau, Stuart Mill.

Assim foi que a soberania popular ficou traduzida como um governo de todos ou de quase todos os cidadãos - sem dúvida, uma "idéia simplista", cuja realização reconhecemos ter sido tentada na democracia ateniense e cujo alarido subsiste nas democracias populares contemporâneas. Só que não é essa a concepção de soberania popular na democracia liberal, mais cautelosa em resguardar as liberdades individuais contra as exorbitâncias do Estado, assim como contra uma possível tirania das maiorias.

Na fala presidencial o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" correu como brandido para exclusivo benefício de uma única classe, que se arvorava em intérprete de toda a Nação francesa" e eis-no aí surpreendidos com a volta à interpretação da Revolução Francesa como "revolução burguesa". Nela, ainda, a exigência ética do liberalismo, de igualdade jurídico-política dos cidadãos face à lei, é avaliada como utopia de "igualdade entre cidadãos essencialmente desiguais", destinada a ceder lugar a um sentimento fraterno solidarista, "entretido pela identificação subconsciente aos símbolos e instituições do Estado" — Nessa identificação, processada abaixo dos limiares da consciência do cidadão com o Estado, é que se encontrará talvez a síntese final da "democracia relativa".

Como o Presidente se reportou a Stuart Mill, gostaríamos de citá-lo também nós. É certo que Stuart Mill admitiu o despotismo como forma legítima de governo, mas, em se tratando de povos bárbaros.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar a campainha)

"A liberdade, como princípio, não pode aplicar-se a um estado de coisas anterior ao momento em que a espécie humana se torne capaz de progredir pela via da livre e pacífica discussão. "Mas nem por isso ficou justificada, para Stuart Mill, a existência de um Estado que, a pretexto de tomar o homem por medida de todas as coisas, se acomodasse à tutela e paternalismo típicos da "democracia relativa"

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Solicito que seja transcrito nos Anais da Casa, segunda página, "O Estado de S. Paulo" — ba. feira dia 27 de outubro

de 1.977 - na sua íntegra, o editorial: "Organizar a Democracia, Suprimindo-a".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos devolvendo à mesa, o Projeto de Lei número 144/77, do qual recebemos vistas de V. Exa., cujo prazo termina hoje.

A este respeito e tendo em vista a orientação adotada pela Mesa, que considera o projeto aprovado em primeira discussão, gostaríamos de fazer as seguintes anotações:

Quando da aprovação do projeto em 1a. discussão, o eminente líder da bancada da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Luiz Roberto Soares, conforme se lê nos Anais desta Casa, declarou que a bancada da Arena votará com o substitutivo, vale dizer, aceitando o desmembramento da mensagem. E isto quando se discutia em primeira discussão. Naquela mesma ocasião, o eminente líder leu um ofício subscrito por diversos assessores desta Casa.

Bem, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, diz: "opinamos pela separação da matéria desmembrando-se os projetos que, na realidade, se acham acumulados em dois. O primeiro relativo ao artigo primeiro e o segundo, aos demais artigos, levando, desde já, o primeiro, parecer favorável desta comissão de vez que opinamos pela sua aprovação na forma do substitutivo junto.

Ao remanescente, após as diligências cabíveis, se daria nova redação para apreciação em plenário."

No entanto a Mesa considera a matéria aprovada em primeira discussão porque ao dar a matéria à votação o Sr. Presidente colocou o projeto em votação. E a Casa o aprovou, mesmo depreendendo-se de que a Casa queria aprovar o parecer da C.C.J. O que está registrado, está feito, Sr. Presidente. E nos parece, até certo ponto, que estes defeitos não virão trazer à matéria outras alternativas se, principalmente aquelas que posteriormente possam ser interessadas do assunto, não procurarem nas suas origens, a verificação de uma ou outra lacuna de ordem legislativa.

O fato entretanto, é que a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciou sobre este projeto. Ela se pronunciou sobre o outro projeto que foi desmembrado.

No entanto, nós estamos apresentando duas emendas, uma que subscrevemos e que não é de nossa autoria inicial, mas sim do nobre Deputado Deni Schwartz. E como resultado da apresentação destas emendas, nós entendemos que o caso ensejaria a aplicação do artigo 146, em seu parágrafo 2o., do nosso Regimento Interno, quando pelo número, ou importância das emendas, veja bem, Sr. Presidente, importância das emendas oferecidas em 2a. discussão, se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembléia, o Presidente, a qualquer requerimento de Deputado enviará o projeto à comissão competente para emitir parecer.

Como nós verificamos que a C.C.J. não está incluída no roteiro a ser seguido pelo projeto, nós requeremos que face à apresentação de emendas, mesmo considerando o projeto em 2a. discussão, ele seja encaminhado também à Comissão de Constituição e Justiça que poderá então, através de parecer, sanar a violação existente.

A emenda que nós subscrevemos, de autoria do Deputado Deni Schwartz, é a seguinte:

"Inclua-se um parágrafo com a seguinte redação:— Projeto 144/77. A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado não poderá prover, sob qualquer título, os cargos de que trata este artigo que vagarem antes da vigências da resolução mencionada no parágrafo anterior."

A emenda que nós estamos apresentando é a seguinte:

"Adite-se o seguinte artigo onde couber."

Artigo: A Mesa elaborará e encaminhará ...

Justificativa: ... "O desmembramento da Mensagem ...

(A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia)

É a matéria, Sr. Presidente, que justamente com o processo do qual recebemos carga, estamos devolvendo à Mesa, esperando que V. Exa. leve em consideração o nosso requerimento, face à apresentação das emendas de que o projeto seja também apreciado pela Comissão de Justiça, na forma do parecer aprovado, não em razão de ter sido eventualmente se admitir ou se cogitar, de que tivesse havido rejeição, quando da primeira discussão. Porque isto e este é o problema que nós entendemos, que o Departamento da Ordem do Dia encontrou, quando fez o lastreamento, quando fez a rotina a ser seguida pelo projeto.

Talvez entendeu o Departamento da Ordem do Dia que, ao retorno do Projeto à C.C.J., poderia implicar num reconhecimento de que o mesmo projeto teria sido rejeitado em 2a. discussão. E, conseqüentemente esta rejeição implicaria em matéria vencida, da qual não depende a sua iniciativa a este Poder.

Eram portanto estas as considerações que nos cabia fazer, no momento em que estamos entregando a matéria à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência não quer deixar fugir a oportunidade para lembrar ao Sr. José Muggiati Filho: 1o. — o projeto não se encontra nas Comissões e nem tão pouco se encontra à consideração do Plenário, portanto na Ordem do Dia. Como tal, regimentalmente não poderá, nesta fase abrigar e receber emendas.

A Presidência, regimentalmente terá que assim proceder. Vai anunciar o projeto de lei para a Ordem do Dia em regime de 2a. discussão e votação. Nesta oportunidade o Sr. Deputado poderá apresentar as emendas e se a Presidência entender, ou se o Plenário desejar, o projeto então será restituído às comissões competentes.

É a decisão da Mesa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo) "Ainda ontem tive a oportunidade de debater com vários dirigentes de cooperativas, o problema da eletrificação rural do Paraná. Constatei, entristecido que a eletrificação rural de nosso Estado ainda é, essencialmente um problema à espera de soluções, e não um processo em andamento para levar aos colonos deste Estado agrícola, os benefícios da energia elétrica.

Esse fato, que pode parecer natural para muitos, é, para mim, lamentável testemunho da irresponsabilidade e da levianidade com que alguns homens públicos, instalados nas cúpulas do poder, regamente pagos com o dinheiro do povo, tripudiam sobre esse mesmo povo, com o mais deslavado cinismo, usando a função pública para atender caprichos pessoais em prejuízo da coletividade toda.

Não falo isso por ouvir dizer. Nem me inspirou para tanto, o rosário de reclamações que ouvi, constrangido num debate público com os homens simples das cooperativas de eletrificação rural do Paraná, sobre as pressões que estão sofrendo, vindas do próprio Governo.

Falo, Senhores Deputados, de um quadro que estou vendo e participando. E, portanto, sentindo na própria carne as conseqüências dessa mal fadada forma de governar por objetivos pessoais, que estou aqui denunciando.

Quando Prefeito de Francisco Beltrão, para atender aspirações de minha comunidade, saí à procura da eletrificação rural. Que encontrei?

O Governo do Estado, através da Copel e o Governo

Federal através do INCRA, a uma só voz indicaram-me que a cooperativa era o único caminho para se obter a eletrificação rural de meu município e instalaram-me a trabalhar nesse sentido.

Sai, então, com o INCRA e com a Copel para fundar a Cooperativa de Eletrificação Rural de Francisco Beltrão. Juntos convocamos os colonos, promovemos reuniões e mais reuniões, para integrá-los naquele objetivo, e eu, pessoalmente, convenci a muitos em conversa a dois, de que aquele era o caminho.

Quando um ou outro estava mais indeciso eu argumentava:

Pode confiar! Nesse empreendimento é o próprio Governo que está empenhado: o Governo Federal quer assim, por isso o INCRA nos está ajudando! O Governo Estadual também quer. Essa é a razão da COPEL estar trabalhando para fundar nossa cooperativa. O Governo Municipal está aqui: fará tudo que estiver a seu alcance para que a cooperativa seja realidade.

Nessa fé nasceu a cooperativa de Francisco Beltrão!

Nessa mesma fé, meus Senhores, nasceram todas as outras cooperativas de eletrificação rural do Estado do Paraná!

Passaram-se poucos anos e o que estamos assistindo hoje? O processo inverso!

As cooperativas de eletrificação rural estão sofrendo toda a sorte de pressões para que fechem suas portas e abandonem o campo!

Tudo está sendo feito, maquieavelmente, para que as cooperativas não alcancem condições de bom funcionamento e sejam desmoralizadas:

Onde quer que entre uma cooperativa, surgem repentinamente, programas de eletrificação rural da empresa concessionária, para construir linhas paralelas com dinheiro a fundo perdido.

Se a cooperativa tenta se expandir, a concessionária alega não ter disponibilidade de carga e corre a área, inviabilizando a expansão da cooperativa com a construção das linhas mais rentáveis.

Se a cooperativa apresenta um projeto à concessionária, esta diz que não pode permitir sua construção porque a área está em estudos para ser por ela atendida.

Dificulta-se a integração das linhas de distribuição da cooperativa sob qualquer argumento, condenando-se a operar sistemas inadequados.

Ininterruptamente uma central de boatos martela o conceito das cooperativas.

E por aí agora!

Pergunto-lhes Senhores:

Por quê?

Parecer ter um acesso de irracionalidade varrido o bom senso de certos setores da administração e o próprio Governo passa a desmanchar durante a noite, o que construiu durante o dia, num autofagismo demente de conseqüências funestas para o pobre colono que nele depositou confiança.

Não dá para entender o que se passa.

Até há pouco estava convencido como devem estar todas as cooperativas de que no caso paranaense a Copel era a grande culpada.

Quando às pressas, era construída uma linha, paralela às linhas da cooperativa, com o deliberado intuito de impedir a expansão desta, a linha era da Copel.

Quando um funcionário aparecia numa Prefeitura prometendo mundos e fundos para impedir a instalação de uma cooperativa, o funcionário era da Copel;

Quando um projeto da cooperativa se arrastava meses e meses sem solução e, ao final voltava sumariamente rejeitado, o despacho de rejeição era da Copel;

Todo o serviço sujo para pressionar e prejudicar as cooperativas trazem, desgraçadamente, a marca Copel.

Mas, pasmem os Senhores, não estou acreditando mais na

culpa da Copel. Pelo menos não em toda a culpa!

Não que eu tenha recebido procuração do Sr. Andreolli para defendê-lo, mas, porque não haveria sentido atribuir exclusivamente à Copel essa sandice que avassala a eletrificação rural paranaense.

A Copel deve ter suas culpas, mas não seguramente é a principal personagem dessa ópera-bufa.

Foi a Copel, afinal, quem fundou as cooperativas!

Não poderia o cirador voltar-se assim, não radicalmente contra sua criatura.

Há coelho debaixo dessa moita!

E suas orelhas estão de fora. Essa estúpida que desserve o País e castiga o homem da roça, começou em nosso Estado logo após a mudança da Eletrobrás, em fins de 1975.

Não acreditamos ter sido o Senhor Antônio Carlos Magalhães o mentor desse lamentável quadro que retro mencionamos. Médico e político, esse ilustre Senhor deve ter sensibilidade bastante para perceber que o cooperativismo de eletrificação rural é um formidável elo de integração Governo-Povo e, por estar sujeito ao controle comunitário, é muito mais adequado ao desenvolvimento rural do que esses cabides-de-emprego estatais chamados de empresa pública ou de economia mista, palácio e símbolo da soberania aristocrática tecnocrática reinante.

Temos certeza, porém, que algum ou alguns chefetes à sua sombra, mestres da indiosa política dos gabinetes estão usando o temperamento afoito do patricio baiano para criar uma nova casta dentro do setor de eletricidade: a casta da eletrificação rural, cuja primeira obra, a de sua sagração, será a do extermínio das cooperativas de eletrificação rural.

Essa certeza não é gratuita.

Desde o início de 1976, intensa campanha de imprensa vem anunciando um programa de eletrificação rural da Eletrobrás que em cinco anos eletrificaria 50 por cento das propriedades rurais brasileiras.

As notícias sobre obras de eletrificação rural da Copel, em cima dos projetos das cooperativas, são veiculadas em matéria paga, promovendo o programa Eletrobrás.

Quando os prefeitos são procurados para desistirem de projetos da Cooperativa e aceitarem a eletrificação rural da Copel, as informações que recebem são de que a Eletrobrás destinará recursos, até a fundo perdido, para implantar eletrificação a baixo custo.

Filtraram informações que em reuniões reservadas entre um alto funcionário da Eletrobrás e entre dirigentes de concessionárias, estas foram ameaçadas de perderem as benesses do "holding", caso participassem de programas cooperativistas de eletrificação rural.

Por tais razões estou alterando meu juízo sobre a Copel.

Terá meios a empresa estadual de se opor às pressões da toda-poderosa Eletrobrás, detentora do grande bolo financeiro do setor de eletricidade, dona e senhora do fundo federal de energia elétrica?

Poderá a Copel, ou qualquer outra empresa de eletricidade do Brasil resistir a influência desse monstro tentacular que abastece de funcionários seus, postos importantes de direção e de assessoria, não só do Ministério de Minas e Energia mas também de outros Ministérios e até de Organismos Estaduais?

A não ser por atitudes heróicas, a cada dia mais raras, não cremos na possibilidade de resistência pelas empresas concessionárias. Digo mais: estas até se voltarão contra quem as defende, para não desagradar tirano tão poderoso.

Assim a Copel, a exemplo de muitas outras concessionárias no País, devora seus próprios filhos e renega a obra que criou.

Não podemos assistir impassíveis esse massacre!

Devemos bradar aos quatro ventos contra essa imoralidade!

Apelo ao Exmo. Senhor Presidente da República que mande por um paradeiro nisso.

Se Sua Excelência não estiver convencido do que dissemos que determine uma investigação profunda a respeito. Não apenas no Paraná, mas também: no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e em Minas Gerais, no Rio de Janeiro na Eletrobrás, no DNAEE, em todos os lugares enfim, onde o problema se manifesta, sob uma ou outra forma de pressão e oposição às cooperativas.

Temos certeza que Sua Excelência se sensibilizará com que está acontecendo e determinará um paradeiro nisso.

Não estou pedindo uma solução pela cooperativa ou uma solução contra a cooperativa. Peço em nome dos colonos do Paraná uma definição, se for para se manter as cooperativas, que seus direitos sejam respeitados e que recebam o apoio do Governo, para realização de sua tarefa plena de significação pública.

Se isso não é do interesse do Governo, então que se acabe a fantasia, que se dispensem os ridículos da convocação cooperativista, que se entreguem por único ato e num único instante todas as cooperativas de eletrificação rural do Brasil às concessionárias de eletricidade. Continuar como está é que não pode, pois, no tocante à eletrificação rural cabe hoje ao Governo, mais que nunca, à exortação do evangelho:

Seja o seu falar sim, sim, ou não, não! O que passa disso, provém do diabo."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Ausente).

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Não é a primeira vez que nos referimos, desta tribuna, à política rodoviária do Governo Estadual. Em oportunidade anterior, tivemos a satisfação de poder antecipar, nesta Casa, o lançamento do programa rodoviário para o Sudoeste, que o Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior faria na cidade de Clevelândia, de onde sou originário. Antes disso, havíamos asseverado, desta tribuna, que aquela região de nosso Estado praticamente entraria em colapso econômico, caso efetivas e rápidas medidas não fossem tomadas para solucionar o problema dos transportes.

Com a mesma ênfase podemos afirmar, agora, que as perspectivas se alteram profundamente. A esperança nasceu quando o Governador anunciou um investimento de um bilhão e trezentos e oitenta milhões de cruzeiros para a execução de um amplo programa rodoviário, na região Sudoeste, última fronteira da colonização do Paraná e a esperança foi confirmada através da realização de obras que já podem ser vistas e que em breve serão entregues ao povo do Sudoeste.

Ainda este ano, segundo as mais recentes informações da Secretaria dos Transportes, poderão ser entregues a ligação entre a BR-153 e a cidade de Palmas, bem como a estrada, entre Francisco Beltrão e Ampére, somando 60 quilômetros, a um custo de 250 bilhões de cruzeiros. Em 1978, a rodovia irá a Realeza-Santa Isabel-Planalto e Capanema. No final do próximo ano, teremos a conclusão do trecho entre Palmas-Clevelândia-Maiópolis e Pato Branco, mais 90 quilômetros de rodovia de primeira classe.

São grandes eixos rodoviários que constituem um verdadeiro "caminho" do Sudoeste, surgindo como alternativa natural para a rodovia Foz do Iguaçu a Paranaguá, já congestionada.

Antes dessas ligações, vale recordar, o Sudoeste só possuía uma única estrada asfaltada: a ligação Pato Branco-Três Pinheiros.

A curto prazo, a situação se alterou. E a alteração se fez

no sentido mais racional, no sentido mais lógico, no sentido mais funcional. Pois além das obras já em fase de conclusão e de outras rodovias tronco que em breve serão iniciadas, como a de Realeza-Marmelândia-Capitão Leônidas Marques-Santa Lúcia e Santa Teresa, quase 400 quilômetros de rodovias alimentadoras estão sendo implantados.

É preciso realçar a importância dessa estradas, que constituem uma opção lúcida por parte do Governo do Estado. Com custo por quilômetro quase cinco vezes menor do que o das rodovias de primeira classe, as alimentadoras tem um papel decisivo a desempenhar no desenvolvimento do Sudoeste. Poderíamos, dizer que configuram as estradas certas nos locais certos. Se a estratégia governamental se orientasse exclusivamente no sentido da construção de rodovias tronco, os recursos disponíveis, no quadriênio 1975/1978, teriam que ser multiplicados por quatro. Equivale a dizer que, para termos as mesmas estradas que estão sendo implantadas no Sudoeste, se todas elas tivessem de ser de primeira classe, levaríamos 16 anos!

Por 16 anos teriam que esperar os produtores de soja, os produtores de trigo, os produtores de arroz, feijão, milho e fumo, além dos criadores de bovinos e suínos. Se a opção governamental fosse essa, quase dois decênios passariam antes que o lavrador e o criador pudessem encontrar os caminhos para dar escoamento à produção.

Teríamos sem dúvida, belas estradas. Mas teria havido uma completa subversão de valores, pois o que importa realmente, é ter os caminhos adequados para dar vazão às riquezas de uma região em desenvolvimento. Sofisticações rodoviárias, não interessam ao homem que produz. O que ele precisa, é da estrada que — aqui e agora — solucione o seu problema.

Por essas circunstâncias é preferível construir uma estrada de baixo custo, que possa ser concluída a curto prazo, do que programar obras de alta categoria técnica, e que só na década de 1990 poderão ser integralmente concluídas.

Foi por isso que o Governador do Estado optou pelas rodovias alimentadoras de baixo custo. Era preciso alterar o panorama de transportes da região. Alterar já: não daqui a 8 ou 16 anos. Assim além dos eixos rodoviários fundamentais, todos eles rodovias tronco, esquematizou-se a rede de rodovias alimentadoras. São estradas construídas de acordo com especificações técnicas satisfatórias. Tanto é assim que, se verificarmos o panorama rodoviário de outros países, constataremos ser desse tipo nada menos que **50 por cento das rodovias norte-americanas**. Também na Inglaterra, metade dos 400 mil quilômetros de rodovias asfaltadas lá existentes, foram implantados com a mesma técnica.

Cabe mencionar que ao conceder financiamento para a execução do programa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, analisou os projetos técnicos. Eles estão dentro dos padrões internacionais. Não se compreende que ainda haja dúvidas quanto a esse tipo de estradas. Em todo o mundo elas são vistas como uma solução técnica aceitável. Não há razão alguma para que entre nós ainda se ergam críticas concentradas num estoque limitado e limitante.

Há, realmente, problemas que estão sendo suplantados. O solo do Sudoeste é argiloso. Mais difícil de se estabilizar do que, por exemplo, solos arenosos existentes em outras regiões paranaenses. O uso de cal tem que ser feito em maiores proporções. Isso faz com que alguns pensem que a receita técnica está errada. Acontece que os ingredientes variam de acordo com o tipo do solo. Onde há solo arenoso, o cimento é que funciona como elemento estabilizador. Mas é a cal que estabiliza os solos argilosos, como os do Sudoeste. O uso da cal, portanto, não é a razão para pânico e nem deveria gerar falsas interpretações. Simplesmente a pavimentação está sendo feita com os ingredientes mais adequados para o tipo de solo, de acordo com as especificações necessárias.

Outro receio infundado é quanto à capacidade de resistên-

cia do leito das estradas alimentadoras. Há quem pense que elas serão rapidamente pulverizadas sob o tráfego pesado. Isso não acontecerá se, ao invés de disseminar alarismo, todos se dispuserem a cooperar num movimento de conscientização. Na verdade, veículos de qualquer peso podem trafegar pelas alimentadoras. O que oferece risco é a tonelagem ultrapassar a **10 toneladas por eixo**. Desde que os veículos tenham número de eixos suficientes para bem distribuir a carga, não haverá qualquer inconveniente à polícia rodoviária, caberá controlar essa correlação entre o número de eixos e a carga total. E todos nós deveríamos dar a nossa colaboração para difundir esse esclarecimento, ajudando o povo do Sudoeste, a fazer bom uso das novas estradas.

Sabe-se por outro lado, que as rodovias alimentadoras terão duração por longos anos, podendo como as rodovias troncos, necessitarem de reparos. Nesse tempo, darão os melhores benefícios para a região. Benefícios que o Sudoeste precisa receber agora, e não daqui a 8 ou 16 anos. Benefícios necessários para manter e fomentar o dinamismo econômico. Benefícios indispensáveis para reter nos locais de origem uma população trabalhadora que não havendo perspectivas alentadoras, tomará o caminho das grandes cidades, agravando os problemas que já se registram nas metrópoles superpovoadas, onde cada vez mais difícil se torna manter a qualidade da vida.

As rodovias alimentadoras, por todos esse motivos e mais alguns outros que poderiam ser focalizados num profundo estudo técnico, constituem no nosso entendimento, uma opção correta e lúcida; com o mesmo dinheiro em 4 anos apenas, 25 por cento da quilometragem total poderiam ser construídos, caso houvesse a opção geral pelas rodovias de primeira classe. Com o mesmo dinheiro, estão sendo feitas, em 4 anos, estradas que só poderiam ser concluídas na sua totalidade, em 16 anos.

O dilema, a nosso ver, foi resolvido de maneira sábia".

S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, quando optou por esta solução, da construção dos troncos, dos eixos ferroviários e pela rodovias alimentadoras, levou em conta, o problema social, o problema econômico do Paraná.

Não foi uma decisão de caráter partidário mas, isso sim, uma decisão tendo em vista os mais altos interesses do Paraná.

Se o Governo houvesse firmado como diretriz, a construção exclusiva de rodovias tronco, estaria procedendo como um pai, que tendo cinco filhos, mandasse um deles estudar e se pós-graduar no exterior, condenando por outro lado, por falta de recursos, os outros quatro ao analfabetismo. Com maior senso de justiça é claro, ele daria educação em nível de igualdade aos cinco filhos ainda que nenhum deles pudesse se transformar num pós-graduado.

É o que está sucedendo no Sudoeste. Rodovias troncos todas elas, só seriam possíveis com os recursos existentes, num prazo mínimo de 16 anos. Em vez disso, houve a preferência, por um esquema mais sensato, construindo-se os eixos fundamentais e ao mesmo tempo, a rede das estradas alimentadoras.

A rede das rodovias alimentadoras que no Sudoeste vai servir a 13 municípios e a mais de 25 distritos, poderá necessitar de reparos, como necessitam de reparos e conservação as rodovias troncos, tornamos a repetir, as rodovias sofisticadas, como a Rodovia dos Imigrantes, podem vir a precisar de reparos. Poderá, inclusive, o Governo, pavimentar rodovias por etapa, isto é, em função da ocorrência de um fenômeno econômico ainda não catalogado pelo Estado, aleatório, resolver reforçar a pavimentação de uma estrada alimentadora que, em função de um maior tráfego diário médio de veículos, se transformará, evidentemente, numa rodovia tronco.

Mas mesmo necessitando de conservação e de reparos, a rede alimentadora trará os benefícios que são reclamados agora e que não podem ser protelados. Não procede, além disso, o argumento segundo o qual o dinheiro é jogado fora ao se cons-

truir estradas que não serão eternas. Bem pelo contrário, pode-se mostrar e comprovar que dinheiro algum será perdido. Podemos chegar a esta conclusão e a esta constatação através da objetiva linguagem dos números, se não bastarem as ponderações já feitas.

Considerando as condições de tráfego numa estrada de leito natural, em comparação com o tráfego em rodovias asfaltadas, calcula-se em Cr\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos) por quilômetro a economia só em combustível. Isto é, sem calcular a economia relativa ao menor desgaste dos veículos e custos de manutenção, a par do inestimável prejuízo das safras perdidas por falta de estradas.

Pois bem, no caso das rodovias alimentadoras em construção no Sudoeste, a média de utilização, será de 500 veículos por dia. Se multiplicarmos o custo do combustível poupado, pelo número de veículos, teremos a importância de 600 cruzeiros por quilômetro.

Em 700 dias, ou seja, em dois anos, a economia de combustível tão precioso para o país, já alcançará praticamente metade do custo da construção das estradas, cifrando-se em 420 mil cruzeiros a quantia economizada por quilômetro. Em 5 anos, as estradas estarão praticamente pagas somente com a economia de combustível que proporcionarão.

São enfoques nem sempre trazidos a público e que revelam o acerto governamental ao optar por rodovias alimentadoras. E preciso abrir estradas, mas é preciso abrir estradas no momento certo e nos lugares certos. Se estivessemos nadando em dinheiro, rodovias de primeira classe poderiam ser construídas no Paraná inteiro. Até as menos importantes ligações intermunicipais poderiam ser de primeira classe. Mas os recursos são limitados. O financiamento conseguido junto ao BID corresponde apenas a 20 por cento do investimento total.

União e Estado tiveram que somar recursos. O Governador do Estado preferiu, acertadamente, a fórmula capaz de beneficiar a curto prazo, uma região produtora que não mais poderia esperar pelas estradas essenciais ao seu desenvolvimento, sob pena de entrar em colapso econômico e gerar sérios problemas sociais.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, primeiramente, quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento que já é peculiar na pessoa de V. Exa. quando ocupa a tribuna na tarde de hoje falando sobre o plano rodoviário implantado no nosso Estado pelo Governador Jayme Canet Júnior, a pessoa do nobre Secretário Osiris Stenghel Guimarães, Dr. Tancredo Bengue, e Dr. Hamilton Vilela Magalhães.

E a propósito disto, não faz muito, estive nesta Casa o Sr. Secretário que historiou o Plano Rodoviário, que o Governo vem de implantar em nosso Estado.

E V. Exa. vem, em toda a sua inteligência, demonstrando nesta Casa, demonstrando ao Paraná, o benefício no setor rodoviário, que o Governo vem de implantar, de imediato, com esse asfalto de baixo custo; de implantação rápida, porque o Paraná cresce e necessita de uma implantação rápida, para o escoamento de sua safra.

E eu tenho percorrido essas estradas, tenho sentido no povo do Paraná, a euforia, e o agradecimento ao Governo, por essa implantação.

Implantação rápida, como disse, de baixo custo, com obras de arte já implantadas — e como bem diz V. Exa. — que para o futuro a base já está pronta, inclusive com as obras de arte; e que o Estado constrói estas estradas, na medida do seu Orçamento; na medida da sua disponibilidade. E obras estas que já foram construídas em outros países como bem frisou V. Exa. e foram obras inclusive, aprovadas em outros países.

E eu tenho na aprovação dessas rodovias, em outros países, invoco aqui o testemunho do ex-Prefeito Jayme Lerner que percorrendo países da Europa e Estados Unidos, também

constatou "in loco" essas rodovias que são rodovias aprovadas já no exterior, como bem frisou V. Exa.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar V. Exa. pelo magnífico pronunciamento que vem fazendo nesta Casa, demonstrando que V. Exa. é um Deputado inteligente, operoso e eu cumprimento V. Exa. por este motivo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre e eminente Deputado Fabiano Braga Cortes e peço vênias a S. Exa. para incorporar ao texto do meu pronunciamento as palavras elogiosas aos homens que com tanto dinamismo vêm dirigindo o setor de transportes no Estado do Paraná: Dr. Osiris Sthenghel Guimarães, já testado e provado em outras funções; Dr. Tancredo Benghi, ex-Prefeito Municipal de União da Vitória e Dr. Hamilton Vilella Magalhães, Deputado Federal e suplente de Senador.

Continuo, Sr. Presidente:

"As estradas estão sendo abertas, assim, com um alto sentido no campo sócio-econômico. Tomar outra opção seria comprometer irremediavelmente o futuro da região, pois o Sudoeste precisa das estradas agora e não daqui a duas décadas. E o Sudoeste vai ter as suas estradas.

Vai ter a oportunidade de escoar sem problemas as próximas safras, contribuindo decisivamente para o progresso do Paraná e o progresso do Brasil.

Senhores Deputados. Assim, concluindo o atual programa rodoviário, nenhum município do Sudoeste ficará sem saída asfáltica. Ao contrário, alguns terão até mais do que uma. **25 por cento do programa rodoviário estadual se concentra no Sudoeste** que possui 5,65 por cento do território estadual. **Serão mais 1.000 quilômetros de estradas asfaltadas**, computadas as ligações do Sudoeste e Oeste paranaense. A custos atuais, o programa vai atingir a expressiva soma de **1 bilhão e oitocentos e trinta milhões de cruzeiros**, ultrapassando a quantia inicialmente prevista. Isso significa que o povo do Paraná, através do Governador Jayme Canet Júnior vai aplicar 30 por cento de seus recursos para o setor de transportes na região Sudoeste do Estado.

Está assim delineado o programa rodoviário do Governo Jayme Canet Júnior para a região Sudoeste: BR-153 a Palmas, a ser inaugurada no final deste ano; Palmas a Clevelândia, Mariópolis e Pato Branco, com inauguração prevista para o segundo semestre de 1978; Francisco Beltrão a Ampére, com conclusão para o final de 1977; Ampére, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Planalto a Capanema, a ser concluída em 1978; Realeza, Marmelândia, Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia a Santa Tereza, em Cascavel, cujo projeto final de engenharia encontra-se pronto e a obra deverá ser iniciada até o final do ano. Essas são as rodovias troncos. Além dessas, o Governo está construindo ou deverá iniciar em breve as seguintes rodovias: Três Pinheiros, Chopinzinho, São João, São Jorge do Oeste, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste a Realeza; Chopinzinho a Saudades para ligar a Laranjeiras do Sul; São Jorge a Salto Osório; Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Foz do Chopin a Quedas do Iguaçu; Salto do Lontra a Nova Prata; Santo Antônio do Sudoeste a Ampére; Coronel Vivida a São João, a par de estar sendo estudada a ligação Coronel Vivida a Chopinzinho, a nosso pedido, em recente audiência com o Governador Jayme Canet Júnior; Pato Branco a Itapejara do Oeste, Verê a Dois Vizinhos; acesso a Enéas Marques e a Salgado Filho; ligação da rodovia Pato Branco-Três Pinheiros a Manguaçu.

O Governador Jayme Canet Júnior propôs, também, ao Governo Federal, a construção da rodovia Marmeleiro-Salgado Filho, Barracão. Santo Antônio do Sudoeste, Pérola do Oeste, Planalto a Capanema em convênio com o Governo do Estado, estando presentemente essa solução em estudos junto ao Ministério dos Transportes.

Senhores Deputados, somos representantes nesta Casa

de uma brava gente: os brasileiros do Sudoeste. Sudoeste que nasceu da luta e da coragem dos pioneiros e se constitui hoje numa das regiões mais prósperas do Paraná. Lá, talvez, como em nenhum outro lugar, no dia a dia do amanhã da terra e na luta pela sobrevivência, forja-se um novo Paraná e um novo Brasil: coeso, livre e progressista no caldeamento de várias raças e no entrelaçamento de vários costumes.

Aquela vasta região fronteiriça é habitada por homem de espírito destemido, mescla de gaúcho, catarinense, paranaense, paulista, nortista. O sudoestino é, antes de tudo, brasileiro. Ama a terra em que vive e por ela morre, se preciso for.

É estável. Compra a propriedade para si e para sua família. Quer paz e sossego. Tendo sua terra e através dela condições de sobreviver está satisfeito, mas almeja muito para seus filhos.

O homem do Sudoeste, Senhores Deputados, tem um grande sonho, um sonho profundamente arraigado no grande sonho dos quinhentos mil brasileiros que lá residem: deixar aos seus descendentes um futuro melhor. Para um futuro melhor, dependemos, essencialmente, de estradas.

Esse sonho foi entendido e compreendido por Jayme Canet Júnior.

Identificado com o Sudoeste, Jayme Canet Júnior conquistou liderança. Liderança que não se apaga com o tempo, nem se apequena com críticas desprovidas e de bom senso. Ao contrário. Cresce e se aprofunda. Se aprofunda e fica para sempre no coração e na mente dos homens do Sudoeste.

Podemos afirmar, para concluir, que Jayme Canet Júnior, pensa e age como Robert Kennedy, grande homem público americano: "Há algumas pessoas que vêem as coisas erradas e se perguntam por quê? Eu sonho coisas nunca vistas e me pergunto por que não?"

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acompanhamos com atenção o abalizado pronunciamento de V. Exa. e não poderia ficar silente nesta oportunidade, diante das argumentações conclusivas que apresentou de maneira a mostrar que o Governador Jayme Canet Júnior, realmente, está desenvolvendo as suas atividades administrativas, com o melhor critério, no sentido de atender as legítimas reivindicações dos produtores do Sudoeste do Estado do Paraná, como também de todas as regiões paranaenses.

Realmente, nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, nosso Estado está passando por uma fase de progresso extraordinário e é o momento certo de se dar condições para que ainda com maior celeridade possamos atingir a posição que a nós está reservada no cenário nacional, e por que não dizer, no internacional também, como região produtiva de alimentos para elevada quantidade de pessoas.

Queremos, por outro lado, como representantes de municípios agrícolas situados na região Noroeste do Estado do Paraná, testemunhar a V. Exa. o entusiasmo com que tem sido recebido este trabalho do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, do Sr. Secretário Osires Stenghel Guimarães, do Sr. Tancredo Benghi e do Sr. Hamilton Vilella Magalhães que, compondo uma equipe de trabalho valorosa, têm efetivamente procurado solucionar o grande problema viário de todo o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência adverte o nobre orador que se encontra na tribuna, de que o seu tempo está esgotado, contudo, concede-lhe o tempo para conclusão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Se a Presidência permitir, quero ter a honra de conceder aparte ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, V. Exa. oferta à Casa e ao Paraná, um belíssimo exemplo de como é possível questionar uma obra pública, den-

tro de um plano estritamente racional, quando V. Exa. faz um depoimento lúcido, esclarecedor, realmente em termo definitivo e final, sem aderências emocionais ou facciosas, da exata dimensão do que significa o problema rodoviário estadual comandado pelo Governador Jayme Canet Júnior.

Teria eu, tantas outras considerações a propósito desta importantíssima fala com que V. Exa. nos brinda nesta tarde, porém, dada a escassez de tempo, limito-me, com grande e total sinceridade, a dizer a V. Exa.:

Meu parabéns!

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado, nobre Deputado.

Desta tribuna já falaram, em legislaturas passadas, meu pai, Cândido Machado de Oliveira Neto, meu cunhado Arnaldo Busato, e meu irmão, Cândido Manoel Martins de Oliveira. Todos eles sempre com um grande objetivo e um único interesse: defender o povo do Sudoeste e do Paraná.

De meu pai recebi o conselho, de meu irmão o exemplo: da tribuna da Assembléia só se deve falar a verdade, sempre preocupado com o bem estar do povo do Paraná.

E foi somente isso que fiz nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto o Deputado Luiz Roberto Soares, sobre se a Liderança ocupará ou indicará alguém, para ocupar o espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Usaria da palavra, o Sr. Deputado Jorge Sato, porém, o fará na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede a palavra, no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na última segunda-feira estivemos na Capital do Estado de São Paulo, juntamente com o Presidente do nosso Partido e Suplente de Senador, o Sr. Euclides Scalco.

Estivemos no lançamento nacional da campanha PRÓ-CONSTITUINTE.

Em função disto, não poderia, como membro do MDB nesta Casa, deixar de colocar a nossa posição no que diz respeito à Constituinte.

(Lendo): "Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que começou a grande campanha cívica nacional.

O Movimento Democrático Brasileiro reacende-se com a chama que justificou sua criação.

Pode-se dizer, mesmo, que estamos conscientes de que nosso partido realiza sua última grande tarefa nacional: aceitou o desafio decisivo no momento decisivo da vida brasileira.

Qualquer que seja o desfecho da campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a consciência agora e a memória nacional depois hão de registrar que o Movimento Democrático Brasileiro soube herdar, defender e honrar o que tem a nação de mais importante: a força dos direitos incansáveis do homem.

A grande campanha cívica começou com pequeno número em lugar fechado. Mas sua idéia básica que já se expandiu em todo território brasileiro, é irreprimível.

De pequena a grande, como dentro do próprio partido, a chama da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte se propaga rapidamente. Não há um brasileiro consciente, hoje, ali onde cheguem as informações e exista uma política organizada, que não indague "COMO"?

O "POR QUÊ"? já é intuitivo. Porque a ordem é desordenada; a organização desorganizada; a força é o princípio; e os direitos são apenas decisões.

Senhores Deputados:

A campanha pela Constituinte surgiu e vingou dentro do Movimento Democrático Brasileiro quando vivíamos um período de crescimento. E essa euforia obrigou a idéia a ficar em

longa gestação, superada pela facilidade e pelo cupulismo.

Foi preciso que se exercitassem outras tentativas e que as forças antidemocráticas, pressionadas pelas aspirações populares, acabassem com as ilusões das manobras políticas.

Foi preciso que o povo compreendesse o medo do Governo, ao mudar as regras do jogo político, impedindo o partido da Oposição de mostrar a força do povo e seu ímpeto por mudanças.

E então recebemos a grande lição: embora nossa fidelidade à causa popular, estávamos bastante afastados da convivência frutífera com o povo. Também em nós os vícios políticos sob as condições antidemocráticas produziam graves efeitos.

Porque a idéia da Constituinte vicejou e predominou em nosso partido quando ele melhor sentiu o que as lideranças sociais pregavam e como essa pregação estava tocando o único ponto capaz de contribuir decisivamente na solução dos grandes problemas nacionais.

Começamos, assim, a nos desligar de uma filiação comprometedora. Nascemos numa conjuntura bastante diferenciada da vida nacional, mas as idéias que são nossa bandeira não são efêmeras; não são produto de concessões. São perenes como a civilização que nos identifica a toda a sociedade.

O Movimento Democrático Brasileiro descobriu, com toda a clareza, que não se pode servir a dois Senhores com bandeiras divergentes. Ou servir ao povo ou servir ao atual Governo. "O reino de Deus não é o reino de César."

Este é um momento histórico, daqueles que concentram os esforços e levantam as causas e bandeiras.

Senhores Deputados:

Podemos comprovar a força da mobilização em favor da Constituinte. Em primeiro lugar, porque as lideranças sociais mais destacadas e conscientes apontam a questão central brasileira como de ordem política; e, nesta questão, a falta de legitimidade e representatividade do governo, causa a origem do agravamento dos problemas sociais, econômicos e políticos.

Em segundo lugar, e embora mais importante que todas, só revelada como transparência numa ordem social arbitrária, as condições de vida do povo brasileiro, lastimado espectador da riqueza e do crescimento da renda "per capita".

Em terceiro lugar, porém, muito significativa, a reação do governo à campanha pela Constituinte.

Tão convencido está o povo de que são necessárias mudanças fundamentais; tão convencido está o MDB; tão convencidos estão as lideranças conscientes; tão convencidos estão os líderes autônomos da ARENA e todas as personalidades progressistas, que seria insensato rememorar todas as reações arbitrárias do governo de arbítrio ao debate público da questão do poder.

Mas lembremos que o governo, ao longo dos anos, em recuo visível, vem reconhecendo a validade de todas as teses pregadas pela oposição.

Ante a pressão popular, o governo jogou fora os abnegados esforços que geraram a Constituição de 1967 substituindo-os por um breve documento que em outras palavras afirma: "Quem pode mais chora menos", ou "Quem tem a força tem razão". E numa simples penada proscreveu alguns milhares de anos de civilização.

E desde então o governo vem pretendendo provar, num processo inverso ao senso, que tem o arbítrio e o bom-tom de usar o poder discricionário da força segundo princípios que correspondem às necessidades e interesses sociais e nacionais. Só que não podem ser capitalados numa Constituição.

Esta a atitude caótica do governo frente a uma nação complexa que necessita ordenação jurídica e organização social e política.

Seu partido, a ARENA da cúpula — um pouco diferente da esforçada ARENA de base — afirma, pela voz do grande líder José Bonifácio, que "as revoluções têm poderes implíci-

tos para elaborar Constituições, as quais são tão legítimas quanto aquelas votadas diretamente pelo povo". E depois de tal afirmação novamente o mundo se curva ante o Brasil; a política e a cultura de todo o mundo recebe a lição de um José Bonifácio: a posse das armas legitima as decisões; quem estiver melhor armado está com a verdade... O culto às armas e à violência como fator da verdade é nada mais nada menos do que o culto à barbárie.

Talvez o Sr. José Bonifácio quisesse referir-se às revoluções amparadas nas grandes aspirações nacionais, com o povo mudando seu destino pela ação violenta quando está impedido de exercer a política que convém às suas necessidades.

Sutilmente, o líder José Bonifácio separa as revoluções das decisões populares. E então perguntamos a que revolução se refere o líder mineiro? Alguma revolução feita em seu feudo político?

Por último, o povo e a nação esperam uma Constituição. Não uma constituição móvel; porém fixa. Clara e não manobrável. Temos um documento que se sobrepõe à Constituição outorgada em 1967. E esse documento diz que "o mais forte tem razão".

Por último, em seu breviário de lógica política, José Bonifácio estranha que os brasileiros, os políticos, os parlamentares se submetem às regras do jogo. É que o radicalismo político e verbal do líder governista não o ajuda a entender a situação do povo: a paciência, a resistência passiva, a manifestação, o protesto e, apesar disso, a convivência nacional, em todos os aspectos. Não o ajuda a entender a política, que julga ser uma manifestação radical. Como é um radical cego, vê ou sente toda a realidade em seu diapasão. E que não há, na verdade, regras do jogo; pelo menos explícitas.

Ainda assim os homens em geral e o MDB em particular não são maniqueístas: a pureza e o bem de um lado; de outro a impureza e o mal. Mas o senhor José Bonifácio é homem de barão e cutelo, um "land-lord" mineiro. E seu feudo é seu mundo.

Senhores Deputados:

Na "cartilha" elaborada pela cúpula da ARENA e aplaudida pelo governo como a melhor contribuição que o pensamento da situação pode dar ao país está a prova de que precisamos de mudanças profundas. José Bonifácio é o festejado líder do governo na Câmara Federal e tem o privilégio de abrir a cartilha desfraldando a sua inteligência a serviço de sua causa.

O Movimento Democrático Brasileiro tem a causa popular e a bandeira da Constituinte.

Sobre ela, diz José Bonifácio: "aconselho o MDB a ouvir os juristas que sabem da ilegalidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte". Serão os juristas do governo, especialmente no Ministério da Justiça? Ou serão as personalidades jurídicas deste país, juízes e advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil? Serão os tecnoburocratas investidos na tal consular, ou será a toga consagrada pela dedicação e o estudo profundo? E então afirma a verdade "legal" de que o AI-5 não contempla a possibilidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Lamentável esquecimento dos legisladores do AI-5; o Sr. José Bonifácio descobre a incompatibilidade do AI-5 com a Constituinte. Adiante compreenderá a incompatibilidade da Constituinte com o arbítrio. E logo depois entenderá que a mobilização popular por uma Assembléia Nacional Constituinte põe em questão todos os grandes problemas brasileiros, devolvendo ao povo o debate político sobre seu destino.

Serão os políticos conscientes e ativos a ponto de abdicar de uma representatividade castrada, de uma ação política limitada pelos desejos minoritários, para oferecer seus serviços à Nação, a todas as classes sociais, à reorganização da sociedade brasileira? O Sr. José Bonifácio considera isso um absurdo e diz:

"E preciso que o País inteiro saiba disso; o MDB pretende a dissolução do Congresso Nacional."

Honra e glória do MDB; opróbrio político para o líder da ARENA na Câmara Federal.

E culmina o líder José Bonifácio, o mais representativo político que o governo encontrou e especialmente capacitado para a conjuntura social e política brasileira, dizendo que o "MDB está fazendo uma pregação revolucionária. E que o que se pretende é jogar o governo no chão, para, então, se abrir o claro necessário à instalação de uma Constituinte."

A ordenação jurídica de uma sociedade é também uma revolução. Nisso está certo o líder arenista. Mas é uma revolução quando essa sociedade emerge da barbárie, do arbítrio e do absolutismo. Vista a situação dessa forma, não há resposta, como não há diálogo. Diz-se a verdade e prega-se a necessidade.

Senhores Deputados:

O Movimento Democrático Brasileiro está convencido de que a reorganização da sociedade brasileira deve ser feita de baixo para cima e de cima para baixo, de forma que as instituições nacionais correspondam às necessidades populares.

Quem tem medo da verdade?

Sabe que a pregação pela Constituinte é o caminho justo e oportuno para a solução dos grandes problemas nacionais.

"Como fazê-lo?" É um desafio que está sendo respondido sem interesses eleitorais porque nos obriga a subordinar o particular ao geral, as preocupações imediatas das populações sofridas à proposta de sua elevação política. Mas exatamente porque a proposta da Constituinte é a que consulta aos interesses mais fundamentais do povo e da Nação, é que ela se apresenta com a possibilidade da revisão geral dos grandes problemas brasileiros, de cada classe social, de cada área deste imenso país.

O MDB e as forças do progresso apontam para a Constituinte. O Governo responde a possibilidade da reforma da Constituição. O MDB e as forças do progresso apontam para a Constituinte e o governo responde com a indicação do novo Delfim da República.

O MDB instala solenemente sua campanha nacional pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O governo ameaça sanções, restringe o debate político com o povo, e acena com a delegação democrática para o novo presidente nomeado, repetindo um processo abusivo de ludíbrio da opinião pública.

E a campanha confirma sua necessidade:

Constituinte."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

URDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 306/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 105/77, ex-Proposição número 488/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e da Prefeitura Municipal de Umuarama, objetivando execução de serviços de pavimentação e obras complementares no Aeroporto de Umuarama. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e COPTC., por unanimidade. —

APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 307/77 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 110/77, ex-Proposição número 491/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Interior, Superintendência do Controle da Erosão no Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, visando implantação do Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 308/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 492/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando reparos nos prédios do Instituto de Educação "Dr. Caetano Munhoz da Rocha" e do Colégio "José Bonifácio" daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 347/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 466/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Estadual Manoel Ribas. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 314/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 123/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Cambará, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, visando melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 315/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Ibaiti, objetivando melhoria na rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 316/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 139/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Iporã, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município com vistas a melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 317/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Mandaguari, objetivando articulação entre o Governo da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 318/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 155/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Rolândia, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, visando melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 319/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 161/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Umuarama, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 323/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 209/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura com o Município de Terra Roxa do Oeste, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, na forma que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 324/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 210/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Guaíra, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 325/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 213/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Londrina, destinado à implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 326/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 221/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Apucarana, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 114/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que cria no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 114/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Ficam criados, no Município de Altônia, os Dis-

tritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

DISTRITO DE SÃO JORGE — Começa no Rio Paraná, na barra do Ribeirão São João, sobe por este até sua nascente, de onde alcança a estrada denominada Mestre, seguindo pela referida estrada em sentido Nordeste até alcançar a nascente do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até sua foz, no Rio Paracá, e por este abaixo até sua barra, no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Ribeirão São João, ponto de partida;

DISTRITO DE SÃO JOÃO — Começa no Ribeirão São João, na foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, sobe por este até sua nascente, de onde alcança a nascente do Córrego Fortuna, por este abaixo até sua foz, no Rio Iporã, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego Noel, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego do Gavão, descendo por este até alcançar a estrada denominada Estrada da Divisa, seguindo daí rumo Leste até atingir o Ribeirão dos Porongos, pelo qual sobe até sua nascente, daí alcança a nascente do Ribeirão São João, e por este abaixo até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, ponto de partida;

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO — Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até sua foz, no Córrego do Prado, pelo qual desce até sua foz, no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

As localidades de São Jorge, São João e Jardim Paredão, no Município de Altônia, estão a merecer sua elevação a Distrito Administrativo, por preencherem todos os requisitos necessários para tanto.

Cada uma possui mais de duzentas casas, todas têm vida própria e expressivo número de habitantes, além do que estão a considerável distância da sede do município.

Se as localidades de São Jorge, São João e Jardim Paredão, pelas razões expostas, estão em condições de serem elevadas a Distritos Administrativos, também o fato se justifica pela moderna tendência político-administrativa e importante meta na filosofia de nosso governo — a descentralização administrativa, tanto quanto possível, como é o caso presente.

Assim, espera o subscritor merecer a indispensável acolhida ao presente plano de lei, por parte de seus nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral do Projeto de Lei número 114/76

Art. 1º — Ficam criados, no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

DISTRITO DE SÃO JORGE — Começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João e sobe por esse até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229 até encontrar a estrada São Henrique; daí, em direção geral do Leste, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, em direção geral do Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote número 1; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paracá; por esse abaixo até a sua barra no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO — Começa na junção da

Estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia com a Estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia com a Estrada São Henrique; por esta, em direção geral do Oeste, até a divisa entre os lotes 228 e 229, segue por essa divisa até encontrar a cabeceira do Córrego São Vicente e desce por esse até a sua foz no Rio São João; sobe por esse até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo e por esse até a sua nascente; daí, em linha reta, até encontrar a nascente do Córrego Fortuna; desce por esse até a sua foz no Rio Iporã; desce pelo Rio Iporã até encontrar a Estrada da divisa com o Município de Iporã; daí, por essa estrada, no sentido geral do Este, acompanhando a divisa entre os Municípios de Iporã e Altônia até encontrar o Rio Xambê; por esse acima, até a foz do Ribeirão Porongos sobe até a foz do Ribeirão Saracuras e por esse acima até a foz do Córrego Piquito, pelo qual sobe até sua cabeceira na estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por essa estrada, no sentido geral do Nordeste, até a junção desta mesma estrada com a Estrada São Henrique, ponto de partida.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO — Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até sua foz, no Córrego do Prado, pelo qual desce até sua foz, no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 114/76

1 — O Projeto de Lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva criar, no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Paredão.

2 — A iniciativa vem articulada e devidamente justificada, atendendo, assim, o que preceitua o artigo 123, do Regimento Interno.

3 — Referida proposição não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional que impeça sua livre tramitação.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto.

4 — Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO da medida proposta, atendendo, porém, o substitutivo geral anexo, que melhor atende às conveniências dos moradores da referida área.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Relator

EMENDA

Ao Projeto de Lei número 114/76

As divisas constantes do art. 1º, do Projeto de Lei número 114/76, passam a ser as seguintes:

“Art. 1º — ...

DISTRITO DE SÃO JORGE — ...

DISTRITO DE SÃO JOÃO — Começa no Ribeirão São João, na foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, sobe por este até sua nascente, de onde alcança a nascente do Córrego Fortuna, por este abaixo até sua foz, no Rio Iporã, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego Noel, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego do Gavão, descendo por este até alcançar a estrada de-

nominada Estrada da Divisa, seguindo daí rumo Leste até atingir o Ribeirão dos Porongos pelo qual sobe até a foz do Ribeirão Saracuras e por este acima até o Córrego Piriquito, pelo qual sobe até a sua cabeceira na Estrada Mestre, seguindo por esta estrada até a cabeceira do Ribeirão São João e por este abaixo até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, ponto de partida.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO — ...

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) Paulo Camargo.

JUSTIFICATIVA:

A área descrita no Projeto de Lei número 114/76, para o Distrito de São João, abrange parte do território em litígio entre o Município de Altônia e Pérola. Agora, com os novos limites descritos, fica sanada a incorreção e estabelecidos com precisão os limites de território do futuro Distrito Administrativo de São João, no Município de Altônia.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei número 114/76

As divisas constantes do Art. 1º passam a ter a seguinte redação:

"DISTRITO DE SÃO JORGE — Partindo do Rio Paraná, na foz do Rio Paracai, segue-se margeando o referido rio água acima até a barra do Ribeirão Jequetibá, confrontando por este lado com o Município de Umurama. Desta barra segue-se margeando o Ribeirão Jequetibá água acima, até a barra do Ribeirão São Henrique, confrontando por este lado com o Município de Pérola, e, em continuação, segue-se margeando o Ribeirão São Henrique água acima, até o marco 125/126, cravado à margem esquerda do mesmo Ribeirão. Deste marco segue-se o rumo 32º47' SW, com a distância de 1.540,00 metros onde encontra-se outro marco 125/126, cravado à margem da estrada São Henrique. Deste marco cruza-se a estrada São Henrique, onde se encontra o marco 228/229, também cravado à margem da mesma estrada; deste marco segue-se o rumo 51º54' SW, na distância de 1.220,00 metros, onde se encontra outro marco 228/229, cravado na nascente do Córrego São Vicente. Deste marco segue-se margeando o Córrego São Vicente água abaixo até sua barra no Rio São João; desta barra segue-se margeando o Rio São João água acima, até a barra do Córrego Nossa Senhora do Carmo e, em continuação, segue-se margeando o Córrego Nossa Senhora do Carmo água acima até o marco 98/99 cravado à margem esquerda do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 41º41' SW na distância de 495,00 metros onde se encontra outro marco 98/99, cravado à margem da estrada Mestre, confrontando por este lado com o Distrito de São João. Deste marco segue-se margeando a estrada Mestre na distância de 151,00 metros até a estrada Nossa Senhora Aparecida e, em continuação, segue-se margeando a estrada Nossa Senhora Aparecida até o marco 160/161 na distância de 131,85 metros. Deste marco segue-se o rumo 74º07' NW na distância de 1.440,00 metros, onde se encontra outro marco 160/161 cravado à margem esquerda do Córrego Nossa Senhora Aparecida. Deste marco segue-se margeando o Córrego Nossa Senhora Aparecida água abaixo, até sua barra no Ribeirão do Cajú; desta barra segue-se margeando o Ribeirão do Cajú água abaixo até sua barra no Rio São João e, em continuação, segue-se margeando o Rio São João água abaixo até a Lagoa São João e desta lagoa segue-se margeando o Rio São João água abaixo, até sua foz no Rio Paraná, confrontando-se por este lado com o Distrito de Altônia e, em continuação, segue-se margeando o Rio Paraná água acima, até a foz do Rio Paracai, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO — Partindo do marco 1/168, cravado à margem da estrada Mestre, divisa do Município de Pérola com o Município de Altônia, segue-se o rumo 59º32' NW, na distância de 850,00 metros, onde se encontra outro

marco 1/168 cravado na nascente do Ribeirão Jequetibá; em continuação segue-se margeando o Ribeirão Jequetibá água abaixo, até a barra do Ribeirão São Henrique, confrontando por este lado com o Município de Pérola. Desta barra segue-se margeando o Ribeirão São Henrique água acima, até o marco 125/126, cravado à margem esquerda do mesmo ribeirão. Deste marco segue-se o rumo 32º47' SW na distância de 1.540,00 metros, onde se encontra outro marco 125/126, cravado à margem da estrada São Henrique. Deste marco cruza-se a estrada São Henrique, onde se encontra o marco 228/229, também cravado à margem da mesma estrada. Deste marco segue-se o rumo 51º54' SW na distância de 1.220,00 metros, onde se encontra outro marco 228/229, cravado na nascente do Córrego São Vicente. Deste marco segue-se margeando o Córrego São Vicente água abaixo até sua barra no Rio São João e, em continuação, segue-se margeando o Rio São João água acima, até a barra do Córrego Nossa Senhora do Carmo e, em continuação, segue-se margeando o Córrego Nossa Senhora do Carmo água acima até o marco 98/99, cravado à margem esquerda do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 41º41' SW na distância de 495,00 metros, onde encontra-se outro marco 98/99, cravado à margem da estrada Mestre, confrontando-se por este lado com o Distrito de São Jorge. Deste marco cruza-se a estrada Mestre, onde se encontra o marco 778/779, também cravado à margem da mesma estrada. Deste marco segue-se o rumo 00º08' SW na distância de 245,00 metros, onde se encontra outro marco 779/778, cravado na nascente do Córrego Fortuna. Deste marco segue-se margeando o referido Córrego Fortuna água abaixo, até sua barra no Ribeirão Iporã e, em continuação, segue-se margeando o Ribeirão Iporã água abaixo, até o marco 477, cravado à margem da estrada da divisa, confrontando-se por este lado com o Distrito de Altônia. Deste marco segue-se margeando a estrada da Divisa até o marco 331 cravado à margem direita do Rio Xambrê, na distância de 14.425,05 metros, confrontando por este lado com o Município de Iporã. Deste marco segue-se margeando o Rio Xambrê água acima, até o Ribeirão Porongos e, em continuação, segue-se margeando o Ribeirão Porongos água acima até o Ribeirão Saracura e, em continuação, segue-se margeando o Ribeirão Saracura água acima até o Córrego Piriquito e, em continuação, segue-se margeando o Córrego Piriquito água acima até sua nascente, onde se encontra o marco 136/265. Deste marco segue-se o rumo 38º12' NW na distância de 570,00 metros, onde se encontra outro marco 136/265 cravado à margem da estrada Mestre. Deste marco segue-se a estrada Mestre até o marco 1/168, ponto de partida medindo a distância de 5.176,56 metros, confrontando por este lado com o Município de Pérola.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO — Partindo do Rio Paraná, na foz do Rio Piquiri, segue-se margeando o Rio Piquiri água acima, até alcançar a barra do Ribeirão Iporã, confrontando por este lado com o Município de Terra Roxa; deste ponto, ou seja, da barra do Ribeirão Iporã, segue-se margeando o Ribeirão Iporã água acima, até a barra do Córrego Isabel, confrontando por este lado com o Município de Iporã e, em continuação, segue-se margeando o Córrego Isabel água acima, até o marco 14/1001, cravado à margem direita do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 81º18' NW na distância de 4.138,00 metros, onde se encontra o marco 1/13, cravado à margem esquerda do Ribeirão Altônia. Deste marco segue-se margeando o Ribeirão Altônia água abaixo, até a barra do Ribeirão Prado e, em continuação, segue-se margeando água abaixo o Ribeirão Prado até sua foz no Rio Paraná, confrontando por este lado com o Distrito da sede do Município de Altônia; em continuação segue-se margeando o Rio Paraná, água abaixo até a foz do Rio Piquiri, ponto de partida"

Art. 2º — O Distrito da sede do Município de Altônia passa a ter os seguintes limites e confrontações:

Partindo do Rio Paraná, na foz do Rio São João, segue-se

margeando o Rio São João água acima até a Lagoa São João; desta segue-se margeando o mesmo Rio São João água acima, até a barra do Córrego do Cajú e, em continuação, segue-se margeando o Córrego do Cajú água acima, até o Córrego Nossa Senhora Aparecida e, em continuação, segue-se margeando o Córrego Nossa Senhora Aparecida até o marco 160/161, cravado à margem do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 74°07' SE, na distância de 1.440,00 metros onde se encontra outra marco 160/161, cravado à margem da estrada Nossa Senhora Aparecida. Deste marco segue-se margeando a estrada Nossa Senhora Aparecida, até a estrada Mestre, na distância de 131,85 metros, confrontando por este lado com o Distrito de São Jorge. Em continuação segue-se margeando a estrada Mestre na distância de 151,00 metros onde se encontra o marco 778/779. Deste marco segue-se o rumo 02° SW, na distância de 255,00 metros onde se encontra outro marco 778/779, cravado na nascente do Córrego Fortuna. Deste marco segue-se margeando o referido Córrego Fortuna água abaixo, até sua barra no Ribeirão Iporã. Desta barra segue-se margeando o Ribeirão Iporã água abaixo até o Córrego Izabel confrontando por este lado com o Distrito de São João e Município de Iporã. Em continuação segue-se margeando o Córrego Izabel água acima até o marco 14/1001, cravado à margem direita do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 81°18' NW, na distância de 4.138,00 metros, onde se encontra o marco 1/13, cravado à margem esquerda do Ribeirão Altônia. Deste marco segue-se margeando o Ribeirão Altônia água abaixo até sua barra no Ribeirão Prado e, em continuação, segue-se margeando o Ribeirão Prado água abaixo, até sua foz no Rio Paraná, confrontando por este lado com o Distrito de Jardim Paredão e, em continuação, segue-se o Rio Paraná água acima até a foz do Rio São João, ponto de partida.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda colaborar com a iniciativa do nobre Deputado Paulo Camargo, dando divisas naturais e confrontações permanentes e inconfundíveis, que no amanhã não possam ser contestadas, divisas estas elaboradas por técnicos competentes e conhecedores da região, cujos mapas e memoriais descritivos nesta oportunidade fazemos juntar.

Assim, são apontadas na presente emenda divisas naturais, tanto quanto possível. Quando adotadas divisas por linhas secas, teve-se o cuidado de descrever e apontar rumos e marcos, o que é, sem dúvida alguma, altamente benéfico para os próprios distritos que se pretende criar, evitando, no futuro, qualquer tipo de confusão ou perturbação da ordem social.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 25/77, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo doar à União, imóvel de propriedade do Estado, situado à Rua Dr. Keller, nesta Capital. Parecer CONTRÁRIO da CCJ., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 25/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União um imóvel de sua propriedade, situado nesta cidade de Curitiba, à rua Dr. Keller, para que o mesmo permaneça como sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1954, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

deixou o antigo prédio, também de propriedade do Estado, que ocupava na Praça Carlos Gomes, nesta Capital, e transferiu-se para a antiga sede do Governo paranaense, o tradicional Palácio São Francisco, que lhe foi cedido sem qualquer ônus e por prazo indeterminado.

São decorridos vinte e três anos de funcionamento, naquele local, do mais alto órgão da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

O majestoso prédio do alto de São Francisco, durante esse tempo, sofreu diversas transformações, reformas e ampliações, de tal modo que, hoje, oferece perfeitas condições ao adequado funcionamento do órgão judiciário que vem abrigando há mais de duas décadas.

É sabido que a Justiça Eleitoral, em todo o Brasil, não obstante a magnitude das atribuições que lhe são cometidas, depende, em grande parte, para funcionar normalmente, da utilização dos recursos locais que lhe são fornecidos pelos Estados e pelos Municípios.

Isto, não só no que se refere ao recrutamento de pessoal, que abrange desde juízes até meros servidores burocráticos, mas, também, na captação de meios materiais outros que lhe assegurem o perfeito e correto desempenho da sua alta missão.

Não é um favor ou ato de liberalidade que os Estados e Municípios fazem para a Justiça Eleitoral, mas, exclusivamente, o cumprimento de uma obrigação legal que lhes é imposta.

Dentro dessa ordem de raciocínio, dispusemo-nos a apresentar este plano de lei, que, se aprovado pelos nossos ilustres pares e sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, representará inestimável contribuição para que a Justiça Eleitoral, no Paraná, instalando-se definitivamente em sede própria, compatível com a grandeza e complexidade de suas atribuições, tenha condições e meios para aprimorar o seu funcionamento e assim crescer na admiração e respeito da coletividade a que serve.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 25/77

O presente Projeto de Lei número 25/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à União o imóvel de propriedade do Estado onde, atualmente, funciona a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Através de solicitação, por nossa iniciativa, a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria da Administração, manifestou, conforme ofício anexo ao processo, a discordância com tal propositura, alegando o grande número de repartições públicas estaduais que, por não possuírem locais próprios às suas instalações ocupam diversos prédios alugados.

Entretanto, além das justas razões apresentadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, cumpre salientar que o imóvel que se pretende doar à União, representa um acervo dos mais significativos para a história política do Paraná, já que o "Palácio São Francisco" (objeto da presente doação), foi por longos anos a sede do Poder Executivo estadual, e palco de inúmeros episódios que marcaram a trajetória da evolução política administrativa que viveu a administração paranaense.

Tal imóvel, quer nos parecer, se ainda não foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado, o deverá ser o mais breve possível, a fim de que seja preservado, para que as gerações futuras possam ter conhecimento da nossa história e sentí-la "in loco".

Nestas condições, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei número 25/77, opinando-se pela sua REJEIÇÃO É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

— Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

Achei estranho que este parecer contrário seja por unanimidade; desculpe não achei na Ordem do Dia este Parecer. Gostaria de ser mais esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem 6 assinaturas dos Srs. Deputados membros da douta Comissão de Constituição e Justiça.

E verifica a Presidência que não há voto em separado.

As conclusões: "nessas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei número 25/77, opinando-se pela rejeição".

A argumentação de que tal imóvel, se ainda não foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado, o deverá ser o mais breve possível, a fim de que seja preservado para que as gerações futuras possam ter conhecimento da nossa história e senti-la "in loco". Parecer contrário à doação do referido imóvel, por considerá-lo bem a ser tombado pelo Patrimônio Histórico, do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Se V. Exa. me concedesse alguns minutos, eu iria fazer um requerimento para que se retirasse da sessão — e posteriormente, seria o meu requerimento submetido à aprovação ou não do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência dá como recebido o requerimento por escrito do eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Todavia, deseja que S. Exa. decline por quantas sessões?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — 10 dias, Sr. Presidente. 10 sessões, digo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento escrito do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, em que propõe a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei número 25/77, por 10 sessões. Em votação o requerimento. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 85/77, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a "Creche Madre Clélia Merloni", com sede e foro na cidade de Guarapuava. (Anexo o Projeto de Lei número 96/77, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão, que versam sobre a mesma matéria). Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 85/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Creche Madre Clélia Merloni", com sede e foro na cidade de Guarapuava, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Creche Madre Clélia Merloni, é uma entidade que tem por finalidade a assistência social, espiritual e cultural, além de colaborar e dirigir obras e iniciativas com fins especificamente filantrópicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova as suas finalidades, bem como sua condição para ser reconhecida de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que, temos certeza, contará com o apoio dos nobres Pares, com assento neste Parlamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Requerimento ao Projeto de Lei número 85/77

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator dos Projetos de Lei números 85/77 e 96/77, respectivamente, de autoria dos nobres Deputados Trajano Bastos e Aragão de Mattos Leão, solicito que seja encaminhado, na forma do Art. 126 do Regimento Interno,

requerimento a consideração do Plenário, no sentido de que ambos sejam anexados por versarem sobre idêntico teor (Declaração de utilidade pública da Creche Madre Clélia Merloni, da cidade de Guarapuava), e posteriormente, serem apreciados por esta Comissão.

E o requerimento.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 85/77

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Creche Madre Clélia Merloni, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Cabe-nos observar que este Projeto de Lei número 85/77 foi anexado ao Projeto de Lei número 96/77 por tratarem ambos de matéria idêntica, o que foi aprovado pelo plenário, na forma do art. 126 do Regimento Interno.

Do exame de ambos os processos verifica-se que a documentação que os instrui preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

— A Presidência tem o dever de informar que o projeto de lei do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão deu entrada nesta Casa em 30 de junho de 1977. O do Sr. Trajano Bastos, em 27 de junho de 1977. Ambos estão anexados a requerimento e com a aprovação do Plenário.

Em discussão o projeto de lei. Encerrada a discussão. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 97/77, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o "Lar Jayme Watt Longo" da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 97/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Lar Jayme Watt Longo", de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 97/77

De autoria do nobre Deputado Rosário Pitelli, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o "Lar Jayme Watt Longo", de Bela Vista do Paraíso.

Do exame do processo e da documentação que o instrui verifica-se que a entidade acima preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO

Presidente

FABIANO BRAGA CORTES

Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 121/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que denomina "Professora Célia Moraes de Oliveira", a unidade escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 121/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Professora Célia Moraes de Oliveira", a unidade escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Professora Célia Moraes de Oliveira, nasceu na cidade de Brazópolis, Estado de Minas Gerais.

Jovem ainda, veio a residir na cidade de Londrina, quando seus pais ali fixaram residência.

Em Londrina, concluiu os cursos Ginásial e Normal, formando-se em Bacharel em História, pela então Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Londrina, no ano de 1961.

Nomeada Professora Primária em 06 de março de 1938, exerceu esse cargo nos Grupos Escolares Nilo Peçanha e Newton Guimarães.

Em 1961, ministrou aulas suplementares de História no Colégio Vicente Rijo até sua nomeação em 1963, para o cargo de Assistente Interino do Ensino Superior, na cadeira de Didática Especial de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Frequentou Curso de Treinamento para-Professor do Ensino Médio em Brasília, sob o patrocínio do MEC em 1964. Exerceu as funções de Professor Catedrático Interino de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Professor de Ensino Médio da cadeira de História no Ginásio José de Anchieta e Professor de Ensino Médio para a cadeira de História Medieval, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Participou de vários Cursos de Extensão Universitária e de inúmeras excursões pelo país em pesquisas históricas com caravanas de alunos.

Participou de inúmeras bancas examinadoras, desempenhando funções como membro do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Casada com o Dr. Júlio de Oliveira — médico pediatra, teve 2 filhos.

Faleceu em 27 de novembro de 1976 após pertinaz moléstia.

Com o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, queremos prestar uma homenagem e reverenciar a memória de uma personalidade que muito dedicou de si para o ensino de nossa terra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 121/77

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar "Professora Célia Moraes de Oliveira", a unidade escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina.

Analisando-se a justificativa apresentada pelo autor, temos que é das mais meritórias a homenagem póstuma que se pretende prestar a uma ilustre mestra, que muito de si deu, em prol do ensino no Município de Londrina.

Quer no seu aspecto legal, quer no seu aspecto constitucional, nada há que impeça a sua aprovação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 122/77, de autoria

do Deputado Aragão de Mattos Leão, que declara de utilidade pública a "Filarmônica Antoninense", com sede e foro na cidade de Antonina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, com declaração de voto do Sr. Deputado Adalberto Daros.

PROJETO DE LEI NÚMERO 122/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Filarmônica Antoninense", pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Antonina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A "Filarmônica Antoninense", fundada e instalada em 30 de agosto de 1975, tem como objetivos principais a divulgação e conservação da tradição musical; promover e desenvolver a cultura; proporcionar recreação através de retretas; abrigar as festividades cívicas; desenvolver a vocação e aptidões musicais dos jovens e promover a integração social da juventude e ao mesmo tempo proporcionar-lhes uma opção profissional.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública tem seu estatuto social devidamente registrado sob número 1, às fls. 92, Livro A, do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Antonina, pelo qual fica provado que os membros de sua diretoria exercem seus mandatos gratuitamente e presta relevantes serviços à comunidade, cujos requisitos entendemos, "data venia", preenchem as exigências da legislação pertinente a declaração pública.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres e nobres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e, ao final, a indispensável aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 122/77

De autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, o presente Projeto de Lei número 122/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Filarmônica Antoninense", com sede na cidade de Antonina.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor, e a documentação anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

USVALDO MACEDO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 126/77, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a "Paróquia Nossa Senhora da Conceição", com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 126/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a "Paróquia Nossa Senhora da Conceição", com sede à Rua Cel. João Cândido de Oliveira, s/nº, Almirante Tamandaré - PR.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Paróquia Nossa Senhora da Conceição, iniciou suas atividades a 04 de fevereiro de 1899, há quase 90 anos.

Durante todos estes anos, tem prestado inúmeros serviços aos seus paroquianos, bem como, prestado assistência social às pessoas necessitadas que procuram aquela Casa Paroquial.

Além de distribuir alimentos, roupas e medicamentos, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, além de evangelizar adultos e crianças, procura dar-lhes orientação no sentido do aperfeiçoamento moral e intelectual da família.

É uma entidade que não visa lucros, e sim prestar serviços gratuitos à comunidade, não possuindo recursos próprios suficientes à sua manutenção, ficando na dependência de donativos de seus paroquianos e de verbas governamentais.

Desta forma, acreditamos que sendo a Paróquia Nossa Senhora da Conceição uma entidade de real utilidade pública de fato, é merecedora que o seja de direito.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 126/77

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de Tamandaré, à rua Cel. João Cândido de Oliveira.

Referida iniciativa vem articulada e justificada, obedecendo assim, o que preceitua o artigo 123, do Regimento Interno.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública atende o que estabelece a legislação em vigor, eis que está em funcionamento há mais de um (01) ano; tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do 2o. Ofício, desta Comarca, sob número 2.157 no Livro A-1; presta relevantes serviços à comunidade e seus dirigentes não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração.

Quanto ao aspecto constitucional, não apresenta qualquer óbice que impeça a normal tramitação da medida proposta.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto.

Em face dos argumentos acima expendidos, somos pela aprovação do projeto de lei ora em exame.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Izabel Cruz Pimentel, ocorrido na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Izabel Cruz Pimentel, mãe do ex-Governador Paulo Cruz Pimentel, ocorrido em Avaré, São Paulo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Izabel Cruz Pimentel, ocorrido em Avaré SP.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Izabel Cruz Pimentel, mãe do ex-Governador Paulo Cruz Pimentel.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tho-

mazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 100/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., consubstanciado em sugestão no sentido de que seja retificada e encasalhada a rodovia Toledo-São Pedro a Santa Teresa, no Município de Cascavel. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a urgente reparação nos serviços prestados pela citada companhia na cidade de Paula Freitas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de sugestão, no sentido de ser disciplinada, através de envio de Mensagem Governamental a esta Casa, a cessão de funcionários públicos estaduais às Fundações de Direito Privado, às Sociedades de Economia Mista e às Empresas Públicas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes ao egrégio Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento no Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao eminente Professor Teodócio Jorge Atherino, pela brilhante atuação como reitor da Universidade Federal do Paraná.— Em discussão.— Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, evidentemente, muito desagradável o assunto mas, nós, como Deputado, não estamos aqui para agradar, tampouco para desagradar alguém.

Evidentemente, todos aqueles que têm a oportunidade de ter alguma vivência ou convivência com universitários de nossa gloriosa Universidade Federal do Paraná, ou com os membros do corpo docente desta Universidade, não poderão, evidentemente, concordar com este requerimento.

Não queremos dizer, com isso, que a gestão do Reitor Teodócio Atherino tenha sido boa ou má; jamais brilhante.

Portanto, não poderíamos votar, peço aqui vênha ao meu prezado companheiro autor do requerimento, um documento dessa ordem, porque a Universidade Federal do Paraná, na gestão do ex-Reitor, não poderia jamais receber desta Assembléia, um voto desses; uma Casa que representa, realmente, os anseios, aspirações e as determinações do povo do Paraná, no caso específico, agora, de toda a massa discente e docente de nossa Universidade, este voto de louvor que ora propõe o Deputado Ezequias Losso.

Portanto, peço aos companheiros, Deputados da Arena e do MDB, àqueles que não tenham esta convivência com os alunos da Universidade, ou com os professores, que se louvem na nossa, nossas informações.

Não queremos entrar em detalhes para que as coisas não se compliquem.

Eu peço, aos Deputados, portanto, que rejeitem este requerimento, uma vez que, apesar de ser, apenas, paradigmático, apenas para aplaudir uma atuação, ele deve ser encarado muito seriamente e eu acho que esta Casa não pode dar ao ex-Reitor

este voto de aplauso.

Digo e repito — eu não quero, aqui, julgar a gestão, a administração do Reitor Theodócio

Mas, jamais foi brilhante.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado autor, Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora respeite a opinião do eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, devo dizer que estranho sua posição adotada nesta oportunidade.

O Reitor Theodócio Atherino, foi homem que, realmente, abriu as portas da Universidade Federal do Paraná.

O Hospital de Clínicas estava, no início de sua gestão com apenas trezentos e poucos leitos.

Um dos primeiros atos do Reitor foi proporcionar condições para que o Hospital de Clínicas pudesse funcionar com quase toda a capacidade de leitos e aí está atendendo pessoas carentes de recursos como trabalhadores rurais, como elementos filiados aos Institutos de Previdência, cumprindo com a sua missão além de dar condições de aprendizado aos estudantes.

Por outro lado, devo lembrar ao Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio que a Universidade Federal do Paraná, na gestão do Reitor Theodócio Atherino, passou de 4 cursos de pós-graduação para 16 cursos de pós-graduação.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma demonstração de operosidade é uma demonstração de operosidade, é uma demonstração de interesse de colocar a Universidade Federal do Paraná, realmente, na condição que ela merece.

E os frutos já estão sendo colhidos — o aumento da condição intelectual dos professores que estão ministrando suas aulas, não apenas na Universidade Federal do Paraná mas, em outros estabelecimentos de ensino do Brasil, colocando, realmente, a Universidade na vanguarda.

Se não bastasse isso, os professores da Universidade Federal do Paraná, com seu novo quadro, estão, realmente, em condições de desenvolver as suas atividades.

Com a implantação de outras opções capazes de dar ao corpo docente uma estabilidade tal, a serem brilhantes no exercício de suas funções.

Por outro lado, o corpo discente da Universidade Federal do Paraná não tem sido menos atendida, haja visto até quando houve interesse nas manifestações estudantis nacionais, os estudantes da Universidade Federal do Paraná ficaram ao lado do Reitor, porque estavam realmente sendo atendidos em suas mais importantes reivindicações.

É certo que existem em qualquer colegiado, pessoas que não se sentem realmente atendidas, mas não é possível, realmente dar, qualquer que seja o líder, todas as atenções que sejam requeridas por aqueles que compõem o colegiado que compõem o grupamento.

No nosso modo de entender, o Sr. Reitor Jorge Atherino cumpriu com a sua missão e por isso, dentro daquele preceito bíblico: "A quem honra a honra", nós apresentamos este requerimento, conscientes, na certeza de que esta Casa saberá tributar àquele que cumpriu com o seu dever, toda a distinção.

Porque é certo que críticas são feitas e aceitas, quando são merecidas.

Mas, quando elas não são merecidas, é justo que esta Casa coloque-se ao lado dos que trabalham. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está V. Exa. com a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, gostaria

de solicitar da Mesa o soar dos tímpanos, para que a vibração chegue nos Gabinetes e os Srs. Deputados tomem assento na Casa, para deliberação da matéria que ainda resta.

Mas, para encaminhar, Sr. Presidente, quero pedir vânia ao eminente Deputado Ezequias Losso, para discordar do seu posicionamento, porquanto eu já ia me apressar em abordar o caso dos estudantes que aqui acorreram para contestar um documento da classe estudantil.

Mas, quero lembrar também que alguns ou pelo menos dois dos estudantes que aqui estiveram são vinculados a Secretaria da Justiça e estiveram aqui, inclusive com o Secretário da Justiça, no dia que S. Exa. esteve fazendo aqui uma pregação das suas metas secretariais.

Mas, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mesmo Deputado Ezequias Losso que hoje requer a aprovação deste documento para o Reitor, evidentemente que numa carência de qualidade do ensino que campeia o país, não haveria de ter outra modalidade que se ajuste à expectativa e à exigência do baixo nível universitário hoje nas Universidades brasileiras, principalmente quando se refere, é um reconhecimento público ao estabelecer indiscriminados cursos de pós-graduação.

Porque é um reconhecimento patente da incapacidade da universidade brasileira para adequar o homem, para ajustar o homem à vida moderna.

E isto é um depoimento dos próprios professores de algumas áreas do ensino superior e que muitas vezes eu vim para esta tribuna para condenar determinadas formas de atuação política educacional.

E que não faz mais do que sua obrigação, como nós outros, Deputados, não fazemos mais do que a obrigação de viirmos reivindicar o que seja necessário para a aspiração do povo que vive na sociedade.

E não poderia deixar de lembrar também de uns casos de impedimento de movimentação estudantil, para melhor aprimoramento do seu conhecimento, como, conferências de eminentes professores de todo este Brasil, pudessem ser impedidas, inclusive aqui em Curitiba.

E mais, Deputado, quando foi feita aquela mobilização estudantil para protestarem em favor do melhoramento do ensino, e para outras reivindicações, não tardou o sufoco da política, solicitada pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

É justamente por esta contradição, Deputado, que eu não posso aprovar um requerimento desta natureza e até faço um apelo à bancada da Oposição, pelo menos, e extensivo também aos Deputados da ARENA, que têm conhecimento e consciência de que não anda bem a política estudantil.

Eu não vim aqui, fazer apelo destituído de fundamento, com esta veemência, e V. Exa. tem conhecimento disto.

Eu não pude conter o ímpeto de contestar aquela tão memorável passagem em que os estudantes se aboletaram ali nas cadeiras reservadas a visitantes, para se apressarem a fazer um protesto contra um documento que havia sido elaborado pela classe estudantil.

A classe estudantil está sufocada, e os Reitores de todo o Brasil, com algumas honrosas exceções, estão aí a proteger essa política discricionária, do Governo, inclusive implantando, nas universidades, o famigerado Decreto-Lei número 477, expungindo das universidades, bons homens que poderiam oferecer um honrado coeficiente para este Brasil.

E não é só, Deputado

Há poucos dias, os jornais e a revista VEJA, uma das últimas se não a última, estampou as sevícias imputadas a um estudante que nem sabia porque estava sendo seviciado pela polícia política.

Nós não podemos concordar, principalmente nós que somos representantes do povo, temos que ter consciência,

principalmente V. Exa. — permita-me dizer — que é professor universitário, e que sabe das limitações que sofre hoje, o universitário, no Brasil.

Eram estas as ponderações para a justificação do meu voto, para encaminhar, inclusive, uma interpretação de ordem pessoal, sugerir, e pedir, aos Srs. Deputados, que não aprovem este documento.

Poderíamos aprovar, até, quem sabe, um novo documento em favor do Reitor, mas, nesta oportunidade, no meu entendimento, no meu fraco e modesto modo de entender, não há porque aprovar um documento bajulatório desta natureza. **(Sem revisão do orador).**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, havia solicitado a V. Exa., que fosse feita a chamada nominal, quando do início do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** A Presidência defere, e o Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1o. Secretário — **(Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Concedo a palavra no encaminhamento de votação ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não entro no mérito se foi Teodócio Atherino um brilhante Reitor, mas justamente por ser esta oportunidade, que considero não bajulatória, porque está fora de seu cargo, que desempenhou a sua missão; se teve falhas, tem também os seus méritos, não foi um requerimento de congratulações encomendado, e não vejo porque, nesta hora em que desempenhou e encerrou a sua missão, que nós votemos agora contrário a esse requerimento.

Porque sou favorável sim, que qualquer homem público, no desempenho de sua função, que seja criticado, mas não depois que encerra o seu mandato receba críticas.

É o momento de reconhecermos que ele cumpriu a sua missão.

Que teve também os seus méritos.

E como considero como não bajulatório por este motivo, e por ele estar fora hoje de seu cargo, eu voto favorável ao requerimento apresentado pelo Deputado Ezequias Losso, que fez, espontaneamente, sem pedido da Reitoria, porque julgou por bem apresentá-lo, reconhecendo méritos no Reitor Teodócio Jorge Atherino.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, apenas para deixar nos Anais que meu voto será contrário ao requerimento do nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. PAULO CAMARGO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acompanhei de perto, por ser Professor Universitário, a gestão de Teodócio Jorge Atherino na Reitoria da Universidade do Paraná.

Evidentemente, ele sofreu como sofre toda a Universidade do Paraná, restrições de todas as ordens, restrições financeiras, restrições quanto ao número de alunos que deva ter cada curso, que é obrigado pelo Governo Federal a ampliar cada vez mais e aceitar mais alunos em cada curso e por isto baixando o nível de nossa Universidade.

Ele sentiu, nestes últimos acontecimentos estudantis, ele apenas cumpriu o que solicitou o Governo Federal quanto à segurança da Nação.

O Reitor, Jorge Atherino, na minha opinião, se manteve sempre muito acima de tudo.

Não teve partido, não foi contra ninguém e pôde, num clima da mais alta tranquilidade, comandar e dirigir a Reitoria de nossa Universidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Data vênha a opinião de alguns dos meus Pares eu tenho a grande honra de votar favorável a este requerimento que, além de tudo, nós aqui nos congratulamos e lançamos louvores a todos, sem que ninguém ponha reparos.

E num momento depois de cumprir a sua função pública, cumprir com dignidade, e com decência eu acho inclusive ofensivo as discussões que nós tivemos aqui, neste momento, em face do requerimento do Deputado Ezequias Losso.

Voto com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, disse bem o nobre Deputado Paulo Camargo, quando mencionava votos de louvor desta Casa não a figuras que não merecessem, mas a figuras, que no meu entendimento, talvez não tivessem os méritos do Professor Theodócio Jorge Atherino.

Como seu aluno, já nos idos de 1.958, como universitário que teve toda a sua vida escolar aqui em Curitiba, como Parlamentar e como Engenheiro, não poderia assistir calado, certos pronunciamentos hoje nesta Casa, quando rendemos homenagem ao ilustre técnico e um grande administrador.

Porque jamais um professor universitário, jamais uma figura pública, chegaria onde chegou Theodócio Atherino.

E cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conhecer de algumas coisas que deve ter um homem público, para galgar tão importantes postos.

Catedrático da Cadeira de Geometria Analítica; Professor Universitário e Engenheiro, Theodócio Atherino.

Se nós nesta tarde, deixássemos de votar tão insignificante — eu considero — para a personalidade de um Reitor de uma Universidade, este voto de louvor, acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apagar das luzes de uma personalidade ilustre, não haveríamos de hoje, este aluno de Theodócio Atherino, este Parlamentar e este Engenheiro, de ver cumprida a sua obrigação como cidadão paranaense e como universitário de Curitiba e sobretudo, como Parlamentar.

Junto o meu voto ao do autor do requerimento... Professor Universitário também, e também como professor que sou, da Escola de Saúde Pública que é anexa à Universidade Federal do Paraná.

A opinião que sei, de vários professores universitários, que naturalmente o levaram à Reitoria da Universidade, pelo seu conceito, como homem público, homem de bem.

E se dificuldade teve, é porque dificuldade temos nós também aqui.

Nós parlamentares também temos nossos problemas: administrativos, técnicos, até mesmo problemas políticos.

E ele, como nós, haveria de ter sofrido também injunções de toda natureza na sua administração.

Mas quero pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados e particularmente Sr. Deputado Ezequias Losso, dizer que não foi apenas uma iniciativa oportuna; seria desta Casa uma demonstração do dever cumprido.

Uma forma pequena de dizer muito obrigado, pelo que fez Theodócio Atherino, pelo ensino e pela administração e pela educação do nosso Estado, como Reitor.

Muito obrigado, Sr. Presidente **(Sem revisão do orador)**.

O SR. Presidente **(Ivo Thomazoni)** Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, é apenas para me parabenizar com o ilustre Deputado autor dessa proposição.

Porque, realmente o Professor Theodócio Atherino tem demonstrado não só a sua capacidade de técnico, de professor, mas também dando na administração da Universidade do Paraná, uma abertura total.

Basta que no Conselho Administrativo e no Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, E há única que tem representação classista, tanto de trabalhadores como de empregadores.

Dando, nesta forma, condições de que líderes dirigentes na mesma condição de professores e de Diretores da Universidade, possam julgar o andamento daquela Casa.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita satisfação que nesta oportunidade, voto favorável ao requerimento do Deputado Ezequias Losso.

É um outro detalhe ainda, de se dizer aqui hoje: que quando por nosso intermédio, ou por intermédio, inclusive juntamente com o Deputado Nilso Sguarezi quando estivemos na Reitoria da Universidade, solicitando que aquela Casa emprestasse as suas dependências para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promovesse o Segundo Simpósio Nacional da Soja, o Sr. Reitor respondeu da seguinte maneira: "até o seu gabinete ele cederia à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para maior êxito do Simpósio da Soja".

Por isso, e por muito mais que isso, aprovo essa moção ao Reitor da Universidade Federal do Paraná. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Em votação. Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** A Presidência defere. **(É feita a verificação)**

22 Srs. Deputados aprovam, 5 rejeitam. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, em forma de sugestão no sentido de ser implantado na cidade de Vila Nova — Município de Pinhão, um Curso de 2o. grau. — Em discussão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Para discutir, Sr. Presidente, não queremos tumultuar ao contestar o presente requerimento.

Mas, tendo em vista que achamos talvez ultrapassado, porque ainda recentemente, em visita àquela região com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, o estudo de 2o. grau está definido, em Pinhão.

Então, por achar desnecessário o atual requerimento que sugerimos sua retirada ou a sua rejeição pela Assembléia. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Em discussão. Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, com todo respeito que me merece o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, se o Deputado Trajano

Bastos propõe um requerimento destas, e ele esteve recentemente na região, é porque, naturalmente, há fundamento na propositura.

Portanto peço ao nobre Deputado que reconsidere, porque seria até desairoso que um Parlamentar, representante de uma região propõe uma medida para sanear, quem sabe, alguma incerteza, alguma dúvida, possa o mesmo ser rejeitado.

Principalmente ausente o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** A Presidência não quer absolutamente voltar a ser censurada pelos eminentes Deputados que a censuram quando o Presidente anota alguma falha em requerimentos.

Mas, o requerimento do nobre Deputado Trajano Bastos não indica se requer a implantação de uma escola de 2o. grau em Pinhão, se a mesma é oficial ou particular.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, com o devido respeito, uma vez que o requerimento é dubio, se há dúvidas e incertezas na sua redação, quando da apreciação pelo Plenário, o mesmo deveria ter sido que se formulasse com todas as cautelas.

Esta é minha proposição.

Ele foi transferido de outra sessão?

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Foi.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, não há condições nem de se ...

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** Em fase de votação, a propositura não pode ter interrompida esta fase de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Solicito à Presidência que, aprovado o requerimento, faça-se a indagação ao Sr. Deputado para que explicita, objetivamente, o que pretende.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — A quem é dirigido este requerimento?

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** A Presidência vai antecipar a resposta. Mesmo os cursos particulares devem merecer aprovação do Conselho Estadual de Educação, em última análise, o titular da SEC.

É dirigido ao Sr. Secretário da Educação e Cultura a implantação de curso de 2o. grau no Distrito de Pinhão, Município de Guarapuava.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

Não pairam dúvidas, que quero encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)** V. Exa. tem a palavra.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, um Deputado que aparece uma vez por mês, nesta Casa, não tem o direito para vir aqui, desmerecer mais os Deputados, desta Casa; no ano passado, quando, fazíamos parte da Comissão de Constituição e Justiça, muitas vezes sempre votamos contra o projeto cuja iniciativa, era de exclusiva competência do Poder Executivo.

Para justificar tais pareceres, foi para a tribuna o Deputado Accioly Neto, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, afirmando que todas as vezes que algum Deputado necessitasse indicar alguma obra, ao Sr. Governador, fizesse através de requerimento.

Agora, o Deputado Aragão de Mattos Leão, vem a esta Casa para impedir que se faça uma petição.

O Deputado que praticamente não tem mais o direito de fazer projetos de lei agora, se vê impedido de simplesmente oferecer.

Então fechamos esta Casa, por que não tem mais razão de ser.

O Sr. Aragão de Mattos Leão que aqui comparece uma vez por mês, não tem o direito de fazer restrições a este re-

querimento, isso precisa ser dito ao Paraná, porque esta Casa tem funcionado sem gente; esta Casa, tem funcionado sem número; esta Casa, não tem participado das coisas do Paraná.

Defendo o requerimento e quero que esta Casa, diga a todo Paraná, quais os Deputados que estão contra a instalação de uma escola no Pinhão.

Não é possível mais, fechamos esta Casa!

Chamemos o guarda do dia, coloquemos na única entrada deste Plenário e fica tudo bem, porque, na verdade, nós estamos largando as nossas atribuições, atribuições que, diga-se de passagem, já são muito poucas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência sente-se no dever de esclarecer o eminente Deputado Deni Schwartz, que esta Casa não funciona sem gente, e nem funciona sem número.

Um exemplo é a repetida chamada nominal que se faz a requerimento dos Srs. Deputados para constatação de "quorum".

É possível que esta Casa não funcione com a totalidade de seus membros; todavia não tem funcionado, não tem deliberado, sem que neste Plenário esteja a maioria constitucional que, regimentalmente, é exigida para as deliberações de Plenário.

Solicito dos eminentes Srs. Deputados que, na discussão da matéria, procurem não ofender, pessoalmente, particularizando deficiências dos Srs. Deputados para que os trabalhos desta Casa possam ter seqüência num clima harmônico que sempre teve e, existirá, tenho certeza.

Em votação requerimento de autoria do Deputado Trajano Bastos.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

A Presidência esclarece — S. Exa. falou na discussão da matéria; está falando, agora, no encaminhamento da votação.

Com a palavra, o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão. Tem dez minutos para fazê-lo, dez minutos regimentais.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Procurarei ser harmônico, mas de maneira nenhuma nós tentaríamos impedir que um Deputado desta Casa e da nossa região fizesse reivindicações para o povo de sua região.

Inclusive, temos participado junto com o Deputado Trajano Bastos em reivindicações que são de interesse comum e que nós aceitamos a sua parceria.

Ainda hoje mesmo, foi aprovado aqui um projeto, simples, sem grande interesse legislativo, mas de muito interesse para a associação que foi declarada de utilidade pública, porque o Sr. Deputado Trajano Bastos já milagrosamente tornou anexo o nosso projeto, ao dele.

E o Deputado Deni Schwartz talvez não tenha entendido bem qual foi a argumentação que demos, ao discutir o requerimento do prezado Deputado Trajano Bastos, que infelizmente hoje não se encontra presente.

Porque ontem, quando pedimos para discutir, pretendíamos apenas esclarecer-lhe, que o assunto já tinha sido definido e talvez até superado, tendo em vista que esta reivindicação, do ensino de segundo grau, já é uma luta que se arrasta há um ano ou mais, e que nós pessoalmente temos insistido junto à Secretaria.

E agora recentemente, nobre Deputado, quando por lá passando S. Exa. o Sr. Governador, o Sr. Governador concedeu, vamos dizer assim, anuiu para que o Secretário de Educação autorizasse, implantasse o ensino de segundo grau no Pinhão.

E o fez de público e em praça pública, na presença de umas duas mil pessoas, que para o Pinhão é muito.

Por isso, por apenas acharmos que este requerimento pretenda simplesmente embarcar no cavalo já encilhado, é que achamos inoportuno.

Agora, respeitamos plenamente o direito ...

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Com a palavra V. Exa., pela ordem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, V. Exa. há pouco disse que deveria se respeitar pessoalmente cada um.

Eu quero dizer ao nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, que o Deputado tem montado em cavalo encilhado, como prova hoje aqui na Pauta — 1a. discussão do Projeto de Lei no. 85/77, de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente eu gostaria de dizer a V. Exa. que essa questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar os tímpanos).

A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Eu tinha acabado de me referir inclusive, Sr. Presidente, a esse projeto, porque quando esse projeto, para ser apresentado, precisa estar anexo toda a documentação da entidade e a entidade me forneceu essa documentação.

E quando dei entrada na Casa, não era do meu conhecimento e nem dos funcionários que receberam o projeto que já havia outro de igual teor.

Eu até alertaria ao Deputado Trajano Bastos, de que há mais um projeto de declaração de utilidade pública, tramitando na Casa, de minha autoria, e que eu o convido para ser meu parceiro, se fôr do interesse dele.

Eu o convido, inclusive para que anexe um projeto seu a esse novo projeto que deverá vir a pauta nas próximas sessões, para mostrar que não há má vontade.

Apenas por achar que este requerimento já está ultrapassado. Apenas isso.

E, sempre que o Deputado Trajano Bastos ou qualquer Deputado desta Casa, pretender reivindicar do Governo do Estado do Paraná, aspirações legítimas do povo, do interior do Paraná, nós daremos todo o nosso apoio.

E em alguma reivindicação que fizermos, aceitaremos o apoio e a ajuda também dos prezados colegas.

Ao Deputado Deni Schwartz eu não vou contestar as suas afirmativas, porque entendi que ele as fez num momento de ira, talvez de impensada ira, mas queremos nos valer das Atas das sessões, para que fique devidamente esclarecida qualquer dúvida, quanto à presença, ou participação ou não, de nossa pessoa neste Plenário.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em votação o requerimento do Deputado Trajano Bastos.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência atende a Questão de Ordem de V. Exa., e vai colocar a matéria, de ordem inversa, na verificação requerida pelo Deputado Fidelcino Tolentino os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se; os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Trajano Bastos, queiram levantar-se.

(É procedida a votação) (Pausa)

16 Srs. Deputados aprovam, 15 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem. Somente eu gostaria que V. Exa. me informasse, data vênica, como votou o Deputado Fuad Nacli?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta, mas dá como matéria vencida.

O Deputado Fuad Nacli votou favoravelmente à matéria.

O SR. FUAD NACLI — Pela ordem. Quero esclarecer o nobre Deputado Gabriel Manoel, e à Casa, que eu votei com o requerimento, e votei conscientemente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência anotou a votação de V. Exa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Educação e Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo, no sentido de na solução aventada, com respeito à conclusão do Estádio Pinheirão, preocupem-se também, em assegurar os interesses dos clubes esportivos e dos compradores de cadeiras cativas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior dirigido ao Sr. Governador do Estado, a fim de que os dois primeiros itens sejam dirigidos à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça e os três últimos ao Chefe do Poder Executivo.—

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a V. Exa., com a devida vênia, para retirar o requerimento apostado àquele primeiro, deixando apenas o original.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e retira da pauta, o requerimento registrado sob no. 1026, através do qual S. Exa. requeria o desmembramento do seu requerimento anterior, com a indagação de dois primeiros itens, à Presidência do egrégio Tribunal de Justiça.

Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre os valores de vencimentos básicos e gratificações pagos no corrente ano aos cargos de Desembargador e Secretário de Estado, bem como as providências que estão sendo tomadas pelo governo para que se possa dar correta aplicação do disposto no § 4c. do art. 144, da Constituição Federal.

Cabe a Presidência, situar-se na votação da matéria.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Sr. Presidente, a bancada da ARENA votará contra o requerimento, porque, evidentemente, o Sr. Governador do Estado não pode responder quanto ganha, a qualquer título, um Senhor Desembargador, e lamenta que assim o faça, porque o Governo do Estado — volto a repetir — tem o maior interesse em estabelecer o cotejo entre os vencimentos de Secretários e Desembargadores.

Todavia, como S. Exa. o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino abdicou do requerimento que deveria ser originalmente endereçado ao Tribunal de Justiça, a ARENA vota contra o requerimento do nobre Deputado. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Rejeitado o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem. Peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Mesa defere, fará verificação de votação, colocando a matéria de forma inversa à consideração do Plenário, o que é regimental.

(Faz a verificação)

16 Srs. Deputados rejeitam;

14 Srs. Deputados aprovam.

Rejeitado o requerimento.

O Deputado Antônio Facci, está inscrito para falar em Explicações Pessoais.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O tempo por vezes, é o grande remédio.

Tanto para a formação de alguns homens, quanto para com o passar do mesmo tempo.

Estes homens amadurecendo, conseguem passar de uma fase, que ao comandar as coisas na vida pública, portam-se mal, mas, mais tarde, vendo o seu erro, e tendo novas oportunidades redimem-se e passam naturalmente, a fazer de sua força, de seu pretígio não apenas o que deveria fazer, mas tudo aquilo que possa, para apagar a imagem deixada no início de suas vidas públicas.

Durante a campanha eleitoral de 1976 em Maringá, não apenas os três candidatos do MDB, o Horácio Rancanello, o Antônio Assunção, o Deputado Valber Guimarães, mas todos nós, que o apoiamos, o Deputado Bernardi, o Deputado Walter, mas também uma das legendas da ARENA lideradas pelo Deputado Gabriel Sampaio.

Todos nós fomos para um palanque para dizer à Maringá que cuidasse ao votar para Prefeito nestas eleições, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos candidatos apresentados pelo partido governista, tinha uma passagem pela Prefeitura de Maringá que deixou grandes sulcos na vida da população menos favorecida pela sorte.

Relembrávamo-nos, com veemência, os episódios tristes dos barracos esmagados e queimados na gestão de 63, do Prefeito João Paulino.

Parece, no entanto, que a minha querida Maringá, estava condenada a ver novamente cenas de verdadeira selvageria no trato a seus homens, a sua gente mais humilde e mais simples.

Mas ao ver o resultado das eleições, nós tivemos apenas uma conduta, era rezar e pedir a Deus para que João Paulino, no seu segundo mandato, não apenas respeitasse os pobres e mais humildes que hoje residem em Maringá, mas que por eles fizesse tanto, para reparar o que de mal havia feito há muito tempo.

Mas parece, e as provas dos jornais de hoje daquela região o dizem, que realmente o tempo não mudou para aquele homem público.

Ele estacionou no tempo e no espaço e estas são palavras do Deputado Renato Bernardi, no palanque naquela época.

Não pode e não deve, ou não podia e não devia, por que foi conduzido.

Ser conduzido à Prefeitura de Maringá, porque tendo estacionado no tempo e no espaço, ele além de não conduzir bem a cidade, ele iria novamente descarregar o seu rancor e o seu ódio sobre a população mais humilde e mais simples.

E assumimos hoje a tribuna, com pesar, com o coração até mesmo dilacerado.

Porque não fosse apenas as atitudes tomadas agora, contra esta população de favelados por aquele Prefeito, tantas outras razões pessoais até, fazem com que eu me sinta, apenas ao relembrar, a administração passada, do Prefeito João Paulino, realmente com o coração amargurado.

Mas eu vi hoje, e está aqui em minhas mãos, vou ler uma reportagem e exibí-la aos Srs. Deputados: na "Folha de Londrina", página 4, ao lado de fotografias de barracos destruídos, de pessoas aleijadas, de homens paráliticos, sem teto, uma grande manchete:

PREFEITURA DE MARINGÁ DESTRÓI FAVELA E ABANDONA FAMÍLIAS EM MUNICÍPIOS VIZINHOS.

Não é a Prefeitura de Maringá que faz isto. Quem faz, quem determina, é o Prefeito de Maringá, é o Sr. João Paulino Vieira Filho.

Vou ler para que a Casa tenha conhecimento, a reportagem da "Folha de Londrina", que procuraremos nesta viagem

que faremos amanhã à Maringá, verificar "in loco" e se estas evidências, que acredito verdadeiras, forem realmente comprovadas, estaremos aqui assim que tiver a primeira sessão nesta Assembléia, requerendo uma Comissão Especial desta Casa para verificar "in loco" o problema.

Diz a "Folha de Londrina": A Prefeitura de Maringá encontrou uma fórmula "sui generis" para colocar em prática o plano de desfavelamento.

Destrói os barracos, paga de 2 a 5 mil cruzeiros para famílias e em seguida abandona-as em municípios vizinhos.

Nos últimos dias, cerca de 30 das 104 casas da Favela "Vila Bosque" foram exterminadas pelos Fiscais da Municipalidade que empunhando pesados ferros e pés de cabra, derubaram as precárias paredes de madeira e zinco.

A operação é simples: com as famílias ao relento, os chefes são obrigados a carregar os pertences em caminhões da Prefeitura, cujos destinos são invariavelmente os municípios de Paissandu, Mandaguçu, Marialva e pequenos distritos.

Tudo isso, é feito sem condições para que os favelados ofereçam qualquer tipo de resistência.

Alguns fiscais chegam a ameaçar, trazer a polícia, e se precisar, até o Exército, para que as casas sejam derrubadas e as famílias expulsas.

A Prefeitura de Maringá, pretende terminar o plano de "desfavelamento", entre aspas.

Em menos de um mês, derrubando em média 10 barracos por dia e colocando elementos da guarda urbana de plantão durante 24 horas, a fim de que as casas não sejam novamente levantadas.

A denúncia mais grave dos favelados refere-se ao fato de que a Prefeitura está pagando indevidamente de 2 a 5 mil cruzeiros para cada chefe de família, obrigando que o recibo seja assinado na Tesouraria, perante a presença de 4 testemunhas.

No entanto, nenhum documento fica em poder dos "beneficiados", novamente entre aspas.

Após receberem o dinheiro são advertidos pelos fiscais para não retornarem mais à Vila Bosque.

Para reconstruir seus barracos. Nos últimos dias, cerca de 30 famílias foram retiradas de suas casas, mesmo contra a vontade da maioria e abandonadas em municípios vizinhos.

Outros simplesmente são obrigados a permanecer ao relento, sem qualquer tipo de assistência, inclusive segundo denúncias, funcionários da Prefeitura despejaram uma família com 5 crianças pequenas numa estrada de Paissandu.

Assim, sem condições, ainda ontem permaneciam sobre o abrigo de um chiqueiro de porcos."

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Facci, oportuno observar que já a esta altura dos mandatos, se faça uma comprovação desta natureza.

Ainda ontem vemos o Chefe do Governo Federal, General Ernesto Geisel, falar da Democracia relativa.

E eu começo a entender o que seja Democracia Relativa.

Até agora não havia entendido.

Parece-me que Democracia Relativa no conceito que estão sendo adotados, a materialização deste conceito pelos vários prefeitos, a exemplo do que faz Maringá, é relativa ao poder aquisitivo da moeda, me parece.

E é o que se verificou também em Formosa do Oeste, denunciada ontem pelo Deputado Edilson Alencar.

E eu não queria falar de Cascavel, mas sou obrigado a dizer do despotismo no lançamento de impostos que tem sido objeto, não só do Prefeito de Cascavel, mas de outros tantos prefeitos do Brasil todo.

É uma voragem fiscal; é uma impertinência dos Poderes Executivos com excesso de poder na mão, sem ter um pouco de dosagem humana, na respectiva execução dos seus mandatos.

E a história tem demonstrado que os homens que governam os municípios e que tiveram o respaldo direto do Governo do Estado, atuam de forma despótica, desumana, a exemplo do que já se sabe desses vários prefeitos.

Por outro lado, a história mesmo consagra e tem sido dura essa consagração.

Os homens que voltam ao Poder Executivo, pela segunda vez, em segundo mandato, eles despejam toda ira em cima do povo.

Quem sabe até, para despejar a sua frustração de ordem pessoal.

Quem poderia negar que talvez fosse até fruto da idade, ou do sofrimento que os homens tiveram pela vida, e despejam agora, na flor de sua esclerose — quem sabe — todo o ímpeto, toda essa mágoa, toda essa frustração, por aquilo que durante a vida desejaram e não puderam ter.

Falo em tese, nobre Deputado, e lamento profundamente que a relatividade da democracia traga essas distorções oficiais, para afastar ainda mais o homem humilde das facilidades que o próprio poder poderia lhes trazer.

O SR. ANTONIO FACCI — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, a voragem fiscal em Maringá é utilizada de forma violenta.

Mas, a falta de respeito à criatura humana, durante o mandato do Prefeito João Paulino é a sua marca registrada.

Continuando: "Os fiscais argumentam que o dinheiro dado para os moradores, deverá ser utilizado "para a compra de lotes no município de onde foram abandonados."

Conforme denúncias, os veículos utilizados para transporte são caminhões pertencentes à própria Prefeitura.

Olívio dos Santos, 37 anos, casado, volante, 4 filhos, salário mínimo e "batendo biela" (conforme sua própria expressão), é um dos 100 chefes de família sob iminência de expulsão.

Ele está completamente desorientado, porque não sabe o que fará assim que receber a sua "indenização".

"Prá falar a verdade, estou desorientado", diz ele, acrescentando que talvez volte à roça, mesmo sabendo que se torna cada vez mais difícil encontrar ocupação neste setor em decorrência da crescente mecanização das lavouras.

O mesmo drama, é vivido por Manoel dos Santos, 36 anos, casado, sem ocupação e com 4 filhos doentes.

O problema de Roque de Oliveira torna-se mais crítico, porque os 5 mil cruzeiros que a Prefeitura lhe prometeu, terá que dividir com uma outra pessoa que mora parede-e-meia com ele.

Com 5 filhos menores, ele não terá outra alternativa a não ser mudar para São Paulo, onde espera trabalhar como servente de pedreiro.

Essa é a segunda vez que Roque de Oliveira é praticamente expulso de sua moradia.

Ainda relembra com amargura e certo rancor o ano de 1963, quando João Paulino Vieira Filho — Prefeito de Maringá pela primeira vez — "ordenou que funcionários da Prefeitura incendiassem alguns barracos e passassem com tratores sobre os outros", a fim de afugentar os favelados radicados nas proximidades do Frigorífico Central."

Naquela época, a Administração Municipal precisou do auxílio de forças policiais para vencer a resistência de mais de 60 pessoas moradoras na área que relutavam em abandonar suas casas."

O Sr. Renato Bernardi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Facci, ouvi atentamente a leitura

que V. Exa. fez, mas não concordo com um trecho, quando diz que João Paulino, agora adota um sistema "sui generis", original.

Não tem nada de original.

É uma cópia fiel do que ele fez no quadriênio 61/64.

Chegava com tratores à porta dos barracos, quando tinha um corpo de funcionários especializados a intimidar, carregando revólveres na cintura, a tiracolo, agredindo, ferindo.

Portanto, o Sr. João Paulino não está sendo nada original.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência adverte que os 15 minutos regimentais, para falar em Explicação Pessoal se esgotaram.

Todavia, se V. Exa. requerer, a Presidência lhe concederá mais 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Requeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e lhe conferirá mais 15 minutos. Continua com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Obrigado.

Tenho a impressão que esse repórter da "Folha de Londrina" é novo e perdeu a perspectiva histórica de 16 anos.

O homem voltou do mesmo jeito.

Não é original porque seus métodos, Adolf Hitler já tinha adotado na solução do problema judaico, na Alemanha, no período fatídico da história mundial, de 33 a 45.

Maringá assiste, cenas d'ígnas de filmagens dos tempos do Reich.

O homem não é nada original; aliás, só tem uma coisa, nobre Deputado Antônio Facci, o Prefeito de Maringá deve estar vibrando, deve estar satisfeito, deve estar alegre, porque hoje, Maringá e, está aqui, neste Plenário, o Deputado Lázaro Dumont, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, e ele pode confirmar — hoje, Maringá tem um contingente de dez mil bóias-frias circulando na periferia da grande Maringá; morando em barracos, porque quem ganha vinte cruzeiros, por dia, não pode morar, nem mesmo em instalações que são usadas para o plantel bovino, da propriedade do Sr. João Paulino Vieira Filho.

Ele não é nada original!.

Nós advertíamos o povo de Maringá, na campanha de 76, como o Deputado Jorge Sato, candidato a prefeito em 64, em oposição a João Paulino, também advertiu o povo de Maringá, e o povo de Maringá não ouviu o apelo do Deputado Jorge Sato, e, portanto, ele não foi eleito vice-prefeito, naquela oportunidade.

Mas, com a graça de Deus, o sucessor de João Paulino, foi apenas sucessor na agremiação política; não foi sucessor nos métodos, no sistema e procurou em seus 4 anos de governo, de 64 a 68, dismantelar aquele corpo especializado de S.S. que o prefeito tinha para massacrar a pobreza da nossa terra.

Mas daquele período de 65, com o fatídico período do Sr. Leônidas Bório, na presidência do IBC, erradicando os cafezais na região de Maringá, Maringá começou a crescer na sua periferia e, hoje, assiste a existência na nossa cidade, de dez mil colonos, de dez mil bóias-frias; matéria-prima mais do que suficiente para que este homem desabafe seu recalque; desabafe seu trauma e, acima de tudo, mostre a sua grande qualidade de arbitrário, de violento e opressivo.

Sr. Deputado Antônio Facci, V. Exa. sabe como eu sei, sabe como Maringá toda sabe, que João Paulino, hoje, é o Prefeito em Maringá, por causa da famigerada instituição da sublegenda, porque pesquisa, realmente, feita na cidade de Maringá, mostrou que 65 mil eleitores votaram em candidatos a Prefeito; apenas 13 mil votaram em João Paulino; 47 mil, votaram contra ele.

E nós tivemos o trabalho de acompanhar uma pesquisa, que sempre a segunda opção, dos outros candidatos da Arena,

seja o Dr. Said Felício Ferreira, Arena II, seja o Deputado Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, Arena III, sempre a segunda opção, não era João Paulino.

Era um outro candidato.

Em cada 4 eleitores, em Maringá, 3 votaram contra a violência, contra a arbitrariedade e contra a opressão como também, muitos que apoiaram João Paulino, talvez, o apoiaram por esquemas políticos mas, nunca por desejarem mais 4 anos de terror na nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu agradeço o aparte do Deputado Renato Bernardi que acompanhou, de perto, a primeira gestão desse homem público que quanto mais velho, mais violento fica.

O Sr. Jorge Sato — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe concederei.

Continuando, a leitura desta reportagem que é a que me propus fazer hoje, prosseguindo, diz aqui — "Há Flagelados" "Genivaldo Faustino, de 59 anos de idade, dos quais 12 como morador da favela da Vila Bosque, está parafítico e recebeu esta semana o aviso de que seu barraco será destruído e ele receberá 5 mil cruzeiros para "começar a vida em outra cidade".

Isto é praticamente impossível, porque, além de sua idade não pode trabalhar há mais de três anos por causa da paralisia que inutilizou as suas duas pernas.

"Tô sem destino — lamenta — porque sou praticamente sozinho no mundo.

O que o senhor acha que devo fazer?" Esta pergunta formulada aos fiscais da Prefeitura de Maringá está até agora sem nenhuma resposta.

Porém, está decidido que o barraco do fundador da Vila Bosque também será destruído através de pesados ferros e "pés de cabra" e seu solitário morador terá que abandoná-lo e se instalar em outro município.

Fluminense de Miracema, Genivaldo Faustino dos Santos, condena o método adotado pela Prefeitura, para solucionar o problema dos favelados da cidade.

"Eu acho que ele deveria se lembrar um pouquinho mais dos pobres, porque na última eleição, mais de 500 companheiros daqui votaram nele")

Vejam bem, Senhores, a situação que ficam esses cidadãos que foram enganados, que foram ludibriados, que foram quem sabe enganados com dinheiro como estão sendo agora, porque a fome realmente ronda Vila Bosque.

Votaram no homem, como se diz o ditado popular: "Engraxaram o rebenque para lhes bater". Prosseguindo: (Lê) "Enquanto a Administração Municipal possui um método diferente para o desfavelamento, as 30 casas do Perfilurb construídas justamente para abrigar favelados, estão sendo ocupadas (segundo denúncias) por assistidos de uma entidade social.

Em muitas casas, as antenas de televisão contrastam com os verdadeiros objetivos do Perfilurb, porque "favelado mesmo observa o fundador da favela da Vila Bosque - não tem dinheiro nem mesmo para comer, muito menos para comprar um televisor".)

E, diga-se de passagem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Perfilurb é um programa do B.N.H., Banco Nacional da Habitação, programa orientado e introduzido pelo Governo Federal da Arena, desenvolvido e implantado em Maringá por uma administração do M.D.B., que não teve condições de prosseguí-lo, porque os seus dias terminaram na administração.

Mas deixou o seu núcleo de implantação já funcionando; e agora nós vemos uma administração arenista, ao invés de prosseguir com o programa Perfilurb e isto propalavam os homens da Arena naquela cidade, voltam-se contra os pobres e os esmagam.

O Sr. Jorge Sato — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa., Sr. Deputado Antônio Facci, e também os apartes do nobre Deputado Fidelcino Tolentino e do Deputado Renato Bernardi.

Realmente, confesso que não li o artigo da "Folha de Londrina".

O SR. ANTONIO FACCI — Eu acabei de lê-lo, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Sato — É por isso que eu presto muita atenção.

Estranho, não sei, porque retornei de Maringá domingo, e a mim nenhuma crítica e nenhuma reclamação me foi trazida, em relação a este problema.

Tomo conhecimento hoje com muita surpresa.

Agora, V. Exa., não sei, vai contestar pessoalmente em Maringá, como eu o farei também, para que se esclareça em definitivo este assunto.

Não poderemos, jamais, Sr. Deputado prejudicar um acontecimento.

Mesmo porque, o motivo, se isto ocorreu realmente conforme noticiário da imprensa, o Sr. Prefeito João Paulino, como afirmou o Deputado Renato Bernardi, sempre foi meu adversário político, em termos de Maringá.

Mas foi um homem público que eu sempre respeitei e continuo a respeitá-lo, mais do que nunca, pela sua dinamicidade, pela sua capacidade administrativa e pelo que ele tem feito e fez por Maringá.

Portanto, não poderia me calar, neste instante, ouvindo tantas críticas a S. Exa., e espero muito breve, indo a Maringá, realmente me posicionar em relação ao assunto levantado por V. Exa., nesta tarde.

Mas por outro lado, nobre Deputado Antônio Facci, quando aqui V. Exa. há alguns meses atrás, criticou muito S. Exa., o Prefeito João Paulino, em relação ao futebol de Maringá, e V. Exa. desta tribuna cobrava que João Paulino era um homem de promessa e que não estava sabendo cumprilas.

Era a questão do Grêmio, no Nacional.

Dizia que desafiou V. Exa., desta tribuna, dizendo que restava, naquela oportunidade, a João Paulino, renunciar à Prefeitura, ou, ter que pintar os seus cabelos, porque o compromisso que ele houvera assumido perante o povo com relação ao Grêmio de Maringá, aguardava uma solução.

Eu dizia, como hoje afirmo sobre o pré-julgamento de V. Exa.

— Vamos aguardar, e vamos verificar se ele teria ou não condições de cumprir o compromisso assumido, que não foi só ele que assumiu o compromisso, como eu disse naquela oportunidade, todos os candidatos fizeram este compromisso perante o povo.

E felizmente aí está o Grêmio, no Nacional.

O assunto que V. Exa. traz hoje a esta tribuna, é muito sério, e eu faço questão de juntar à minha preocupação e a dos demais Deputados de Maringá, à sua, nobre Deputado, para que possamos verificar, "in loco", a situação, e posteriormente trazer os esclarecimentos a esta Casa.

Era este o meu aparte, nobre Deputado.

O SR. ANTONIO FACCI — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Jorge Sato, agradeço sua intervenção, eis que realmente o João Paulino sempre cumpre os seus desideratos:

Ele dizia que o Grêmio estaria no Nacional, e realmente está no Nacional!

Por que?

Porque encontrou bases sólidas, estádio construído e uma região pujante à sua disposição, para trabalhar junto ao Ministro; encontra também Sua Excelência, o Prefeito de Maringá, todas as condições, em Maringá, para derrubar a sua sanha de homem que não tem um pinga de fé, de homem

que não consegue, Deputado Jorge Sato, olhar uma criatura mais humilde e mais pobre, e ver, nesta criatura, também, a imagem e semelhança de Deus!

Talvez, tenha razão o zelador do prédio onde eu moro, com o seguinte:

Quando eu mudei para este prédio, ele me cumprimentava, de longe, quase não falava comigo; passados alguns dias, um mês talvez, ele se chegou e me cumprimentou efusivamente, dizendo:

Como vai, Deputado?

Eu estranhei a mudança de atitude do zelador, e ele disse:

— Então o Senhor é Deputado do M.D.B.?

Respondi-lhe: Sou.

— Contra o João Paulino?

Contra o João Paulino.

— Eu pensei que o Senhor fosse a favor do João Paulino de Maringá.

Então o Senhor me desculpe tê-lo tratado tão mal.

Perguntei-lhe: O Sr. conhece o João Paulino? Ao que me respondeu:

— Conheço. Eu morava em Maringá em 1.963, e tive o meu barraco arrebatado, e o meu carrinho de vender sorvete apreendido pela Prefeitura.

Por isto eu posso dizer, Deputado, porque sou crente e sei que está escrito na Bíblia que, "haverá uma besta do Apocalipse, para cada cidade". E Maringá já a tem!

Estas foram as palavras de um humilde zelador de um prédio de Curitiba, que, fora expulso de Maringá, da nossa querida Maringá onde nasceram minhas filhas, onde eu vivo há 25 anos!

É esta situação anterior, Sr. Deputado, que me faz crer na reportagem que aí está, e aí estão os testemunhos das pessoas, acrescida das fotografias, que então me fazem acreditar verdadeira a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta ser importuna novamente, mas adverte V. Exa., que o tempo que lhe fora concedido está esgotado e lhe concede 2 minutos para a conclusão.

O SR. ANTONIO FACCI — Obrigado Sr. Presidente, eu transferirei os meus 2 minutos, ao Deputado Valter Pietrângelo, que deseja um aparte.

O Sr. Valter Pietrângelo — Deputado Antônio Facci, solicitei o aparte, apenas para deixar gravada no seu discurso, uma informação:

Na segunda-feira nós estávamos na sucursal de "A FOLHA DE LONDRINA", lá em Maringá, onde conversamos com o repórter Luiz Carlos Rizzo, que é o profissional autor da reportagem que aí está em "A FOLHA DE LONDRINA" de hoje, e que foi lida por V. Exa., da tribuna.

Na oportunidade, Luiz Carlos Rizzo nos informou dos problemas que estavam ocorrendo naquelas favelas, e, alertados para o problema, lá fomos verificar — ligeiramente, porque estávamos com viagem marcada — se realmente a Prefeitura estaria cometendo essas irregularidades, essas brutalidades.

Verificamos que realmente lá estavam os caminhões, e que o pessoal erradicando aquela favela, de forma ainda estrita.

Oferece-se cinco mil cruzeiros ao favelado, aí derruba brutalmente o seu barraco, depois ele vai à Prefeitura receber, lá eles dão mil, mil e quinhentos ou dois mil cruzeiros.

Não tem escolha, à opção; entra nos caminhões e vão para municípios vizinhos.

Eu inclusive disse ao jornalista que, procurasse fazer uma reportagem ampla, para que se esclareça a verdade e se estabeleça a justiça.

E aí está a reportagem e eu quero deixar nesta oportuni-

dade o meu voto de aplauso, de louvor até, ao jornalista Luiz Carlos Rizzo, por propor uma reportagem tão perigosa como esta.

Veja o nobre Deputado, que a imprensa de Maringá está realmente, um tanto quanto amordaçada.

Aqui há exceção.

Veja até, que as emissoras de Rádio de Maringá se negam a transmitir as sessões da Câmara, para não se indispor com o Prefeito João Paulino Vieira Filho.

É evidente, que a Câmara sempre pagou as transmissões das sessões, mas, as emissoras simplesmente, se negam a participar da concorrência.

Eu fui surpreendido inclusive, por uma reportagem mentirosa de "O Diário do Norte do Paraná", quando num texto inclusive, amplo publicou uma reportagem desse Deputado criticando a bancada do MDB; uma reportagem capciosa, tendenciosa, mentirosa, que demonstra como anda o Prefeito no seu relacionamento com a imprensa, comprando mesmo, dando o dinheiro do Poder Público.

Mas, exigindo uma cobertura total assim.

E parabéns à "Folha de Londrina", que mostra mais uma vez e sua postura superior, a sua independência, no campo jornalístico.

E espero e confio no Deputado Sato, que representa nesta Casa, de forma mais ampla o Sr. Prefeito, de que os fatos

serão esclarecidos, e dificilmente, a verdade seja outra.

E que a justiça possa prevalecer. Era o aparte.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, eu encerro.

Dizendo apenas a esta Casa, que eu vou realmente verificar "in loco", que outros Srs. Deputados também irão.

Mas nós aguardamos, que não seja feito pelo Prefeito, pelos homens governistas daquela cidade, o que tantas vezes se faz.

Quando vai um homem da Oposição falar ao povo, ver seus problemas, chamam-os de subversivos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 3 de novembro, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 314 à 319, 323 à 326/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 114, 85, 97, 121, 122, 126 e 144/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 329, 333, 341 à 346, 348 e 349/77.

Levanta-se a sessão.